



PETROBRAS

Apresenta:



II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura

Relatório, Documentos e Resoluções.





1. APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

pág. 1

OBJETIVOS DO II FNPC

pág. 2

2. INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

pág. 4

3. ABERTURA DO II FNPC

CÉLIO TURINO

pág. 5

CHICO SIMÕES

pág. 7

WALTER CEDRO

pág. 9

ALEXANDRE SANTINI

pág. 9

4. DOCUMENTO BASE

INTRODUÇÃO

pág. 13

**OBJETIVOS PERMANENTES
DO FNPC**

pág. 14

HISTÓRICO

pág. 15

**TEIA 2008 -
ÍGUAIIS NA DIFERENÇA**

pág. 17

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS
DO II FNPC**

pág. 18

5. REGIMENTO INTERNO DO II FNPC

DA REALIZAÇÃO DO II FNPC

pág. 21

DOS OBJETIVOS

pág. 21

DOS DELEGADOS(RS)
E PARTICIPANTES

pág. 22

DO CREDENCIAMENTO

pág. 23

DA PROGRAMAÇÃO GERAL
DO II FNPC

pág. 24

DOS GRUPOS DE TRABALHO

pág. 25

DA PLENÁRIA FINAL

pág. 27

DA COMISSÃO NACIONAL
DOS PONTOS DE CULTURA

pág. 28

6. MESA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

ALFREDO MANEUV

pág. 30

7. RESOLUÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

METODOLOGIA DE
TRABALHO DOS GTS

pág. 38

APROVAÇÃO E PRIORIZAÇÃO
DAS PROPOSTAS

pág. 38

INDICAÇÃO DOS
REPRESENTANTES NA CNPC

pág. 39

PROGRAMAÇÃO
DAS DISCUSSÕES

pág. 39

RESOLUÇÕES APROVADAS
POR GRUPO DE TRABALHO

pág. 40

CARTA AÇÃO GRIO
NACIONAL

pág. 82

8. CARTA DO II FNPC AO MINISTRO DA CULTURA JUCA FERREIRA

pág. 86

9. NÚMEROS DO II FNPC

pág. 88



Tatiana Reis



Alen Guimarães



Alen Guimarães



Alen Guimarães



Alen Guimarães



1. APRESENTAÇÃO

O II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura se realizou de 12 a 14 de novembro, como parte da programação da TEIA Brasília 2008. Sua realização foi a etapa nacional de um processo de mobilização e articulação política dos Pontos de Cultura em todo o país. Ao longo do ano, foram realizados 19 encontros e fóruns estaduais, mobilizando cerca de 6000 participantes nessas etapas preparatórias. Foram inscritos cerca de 600 delegados, um representante por ponto de cultura conveniado com o Ministério da Cultura, em um universo de então 850 pontos, o que evidencia o interesse e a mobilização que o II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura provocou na rede.

O Fórum Nacional dos Pontos de Cultura é uma instância permanente de articulação do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura e sua realização observa a autonomia e diversidade das formas de organização deste movimento, através das redes e fóruns estaduais, das redes temáticas, das ações nacionais, das redes articuladas pelos Pontos de Cultura e as demais formas de organização transversal dos Pontos de Cultura em nível local, regional e nacional.

A realização do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura representa a consolidação do que hoje pode ser entendido como movimento nacional dos Pontos de Cultura. O que começou como um programa governamental extrapolou as fronteiras institucionais e hoje os pontos são um movimento social

presente e organizado em todo o país. As resoluções do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura reafirmaram a necessidade de que os Pontos de Cultura sejam reconhecidos em uma política de estado, incorporados ao Sistema Nacional de Cultura e amparados em dispositivos legais que qualifiquem a gestão compartilhada de políticas públicas entre o governo e a sociedade civil.

O II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura reuniu 25 Grupos de Trabalho temáticos que discutiram temas transversais relacionados às diversas áreas de atuação dos Pontos de Cultura, como: culturas populares e patrimônio imaterial, matriz africana, cultura digital, juventude, artes cênicas, audiovisual, sustentabilidade, articulação em rede, etc. Esses grupos de trabalho aprovaram um conjunto de 125 resoluções específicas de suas áreas de atuação e 90 resoluções gerais sobre políticas públicas para a cultura. O II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura reuniu 578 participantes, entre delegados credenciados, observadores e convidados, que participaram de um total de 20 horas de atividades.

O II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura foi coordenado pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, responsável por sua convocação, inscrições de delegados(as), credenciamento, programação, metodologia, sistematização e divulgação de resoluções.

OBJETIVOS DO II FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

Elaborar propostas de Políticas Públicas de Estado para a Cultura no Brasil, em especial no que se refere aos Pontos de Cultura, ao Programa Cultura Viva e ao Sistema Nacional de Cultura.

Propor novos marcos legais que afirmem a cultura como direito de cidadania e dever do Estado, reconhecendo a autonomia e o protagonismo cultural da sociedade brasileira.

Articular e fortalecer os fóruns e redes estaduais dos Pontos de Cultura.

Fortalecer as ações transversais em rede entre Pontos de Cultura de todo o país.

Diálogo sobre os desafios institucionais da gestão compartilhada das Políticas Públicas de Cultura entre o Estado e a sociedade civil.



2. INTRODUÇÃO

Esse relatório reúne e apresenta as discussões e deliberações acontecidas durante o II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (II FNPC). Contudo, antes de qualquer coisa, alguns esclarecimentos metodológicos e operacionais se tornam imperativos. Sua estrutura básica está assentada em quatro pilares e as inevitáveis variantes daí decorrentes. Em um primeiro momento pegamos os documentos regionais e/ou estaduais, sistematizamos, colocamos em discussão com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e, após as correções necessárias o texto foi apresentado ao II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Disponível em www.teia2008.org. Em um segundo instante vinte bolsistas do Centro de Memória Digital/UNB, um para cada grupo de trabalho e acompanhados por um representante dos Pontos de Cultura, relataram as discussões, as deliberações, eleições de representantes e demais fatos pertinentes ao grupo. A terceira ocasião aconteceu ao transformarmos todos esses relatórios parciais em uma única escrita. A quarta e última hora foi a elaboração, aplicação e análise do I Censo Nacional dos Pontos de Cultura.

Ressaltamos que o texto final foi feito e submetido à Comissão Nacional dos Pontos de Cultura CNPC para as correções necessárias dos erros inevitáveis em trabalho de tal envergadura. Aliás, o caráter do Fórum não permitiria que fosse de outro modo. Lembramos ainda que muitos outros atores envolvidos na totalidade do projeto, não foram consultados por ser humanamente impossível, diante do tempo exíguo, de estabelecermos as interfaces que elucidariam sobremaneira a coesão das resoluções. Explica-se: houve certa unanimidade no tocante aos documentos aprovados, nas propostas encaminhadas, nas preocupações com as mudanças que estão vindo e, até mesmo, no sentimento de irmandade reinante durante toda a TEIA. Tal se refletiu na aclamação das propostas, sem maiores polêmicas ou contestações. Por outro lado revela, também, o trabalho minucioso da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e da Comissão de Relatoria ao não deixar de contemplar nenhuma proposta.

3. ABERTURA DO II FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

Célio Turino
Secretário de Cidadania Cultural
Ministério da Cultura

Todo esse movimento começa a partir do momento em que encontramos uma fresta e entramos. A dinâmica do processo foi bem percebida e temos que ter em mente que ele não pára, está em movimento. Me despiando da condição de secretário, já que fui um dos responsáveis por dar o pontapé inicial no Programa Cultura Viva, e me colocando na posição de brasileiro, pensador, eu diria que o Estado absorveu todo o processo social de uma forma muito intensa e conseguimos quebrar hierarquias culturais, construir novas legitimidades, isso é a Cultura Viva.

Cultura Viva é um processo de empoderamento na prática, um processo de transformação, o que está sendo evidenciado aqui. Ainda temos muito caminho pela frente, estamos dando passos significativos que vão transformar nossas vidas, a do país e, por que não, a do planeta, em direção a um reencantamento do mundo, algo que a convivência da paz tem difundido muito. Estamos ressignificando a política, a forma de fazer política. Temos a sensibilidade, o artista consegue captar o desenvolvimento da sociedade, a percepção sensível é tão importante quanto a mais racional.



Alexandra Martins

A idéia matriz da proposta é a construção da cultura viva em uma dialética triangular: organização, reflexão e encantamento, a própria Teia. Uma idéia comum de cultura é ela ser o oposto da natureza. Trata-se de uma definição pós-revolução industrial, mas como? Se somos a natureza! Existem formas mais amplas de se conceber o mundo. Os índios da América do norte, por exemplo, pensa em cada atitude tomada para a sétima geração. Ou seja, há uma grande preocupação com o futuro. O se perceber inteiro, avançando na alteridade. Os Ashanincas do Acre também tem essa visão. Um sistema planetário com uma percepção ampla do mundo. A alteridade e identidade são fundamentadas, pois permite que nos localizemos. A alteridade é essencial, pois ela é a capacidade de se ver no outro que adicionada à identidade resulta na sinceridade. O contrario seria as verdades absolutas e temos que dar um basta nos fundamentalismos!

Bem-vindos , curtam a teia! Na Teia do ano passado, em Belo Horizonte, onde o povo entrou pela porta da frente e não pelos fundos, fizemos no Palácio das Artes. Na primeira Teia, em São Paulo, fizemos na Bienal de São Paulo, quebrando hierarquias. Hoje estamos aqui em Brasília, na esplanada dos ministérios; a cada momento vamos galgando esses espaços. Em cada momento a gente vai ocupando esses espaços até que consigamos fazer com que o estado seja moldado à imagem de seu povo, assim conseguiremos frestas importantes desencadeadas por lutas sociais.

Chico Simões

Coordenador da TEIA Brasília 2008

Boa noite! Brasília é a realização de um sonho. Foi sonhada para abrigar a teia, para recebê-los. Brasília foi desejada há centenas de anos atrás e foi sendo construída através das aspirações de gerações. Brasília está no planalto, é a capital do país, a capital de todos, da diversidade, foi pensada para que os iguais em direitos pudessem expressar suas diferenças. Para que dessas diferenças pudesse surgir o novo, o novo Brasil, um novo amanhã, uma vida melhor, mais digna.

A Teia é o encontro de sonhos, uma rede de sonhos, completa, diferente, nova. Uma Teia que se descobre a cada momento, a cada ponto, a cada diferença, se descobre nessa luta para que sejamos iguais no direito. Ela tem um formato novo, uma configuração que incomoda muita gente, inclusive a nós. Mas nos fascina e como desafio estamos chegando à terceira teia no planalto central do Brasil. Brasília começa assim a cumprir a sua vocação, porque, apesar de ter quarenta e oito anos de idade, quando tinha quatro anos sofreu um golpe militar e viveu vinte anos isolada, sob uma ditadura ferrenha. De vinte anos para cá é que ela começa a retomar o seu plano original, seu projeto seu original. Pela primeira vez Brasília vai ver, na Esplanada dos Ministérios, na Praça dos Três Poderes, a diversidade cultural brasileira, vai sentir a força dessa diversidade cultural.



Alexandra Martins

Sendo assim, nos apresentamos como uma rede de Pontos de Cultura que representa a diversidade, a riqueza cultural desse país e vamos estar na Praça do Três Poderes representando o poder popular, o poder da cultura popular. Popular porque é pública e não porque é pobre, ou naif, ou grotesca. Esses conceitos já derrubamos. Popular, repito, porque é pública, é de todos e está para história. Os pontos de Cultura já estão para História.

O nosso grande mérito, e aí soma-se, pela primeira vez, o mérito de um governo, uma gestão pública oriunda do movimento social, que até então viviam em constante combate. Hoje o conflito existe, mas diria mesmo ser necessário para que possamos avançar na ampliação do conceito de cultura. O que é um Ponto de Cultura? Cada Ponto em si é uma definição. Rompemos com conceitos apregoando uma conceitualização monolítica, aqueles postulando a cultura como sendo apenas as belas artes, ou atividades artísticas, ou o conhecimento acumulado na Academia.

Esse conceito foi ampliado. Buscamos um conceito aberto, com capacidade de agregar valor simbólico a tudo que existe. A única capaz de promover mudanças e fazer revoluções. Não adianta apenas ter recursos. Há nações poderosas com muitos recursos, mas sucumbem por perder a capacidade de agregar valor simbólico à coisa, não valor comercial. Isso é cultura: a capacidade de agregar valor simbólico. É o que nos transforma, que nos move e nos diferencia dos demais animais.

Os Pontos de Cultura marcam, no momento histórico em que rompem o conceito fechado de cultura e o abre, ampliando-o em um conceito dinâmico e sempre em movimento, essa ruptura.

Todos nós, Pontos de Cultura, eis Brasília. É a capital de todos nós. Essa é a teia possível, muito longe da que idealizamos e sonhamos, mas aponta um avanço na construção desse mundo mais justo que já se faz presente em nós.

Muito Agradecido, muito agradecido a cada um de vocês. Os ausentes... Eu gostaria de agradecer a todos ausentes. Alguns já não convivem com a gente, no meio do caminho nos deixaram. Porém, outros ausentes estão presentes no movimento, apenas não estão aqui. Quiseram estar e lutaram por isso, mas por limitações de tempo e espaço de recursos não puderam estar. Esses ausentes tem que estar presentes em nós. Nós temos que representá-los, por isso somos porta vozes, também, de seus Pontos. Os sonhos não são apenas os individuais, somos, também, o sonho coletivo e as comunidades que representamos.

Esse Encontro é o encontro de todo o Brasil na diversidade, é o encontro dos iguais na diferença.

Muito agradecido a todos vocês.

Walter Cedro

Coordenador do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura
Ponto de Cultura Invenção Brasileira (DF)

Boa tarde a todas e a todos, há um ano, na Plenária Final do Primeiro Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, meu amigo Chico Simões disse que esse movimento estava sendo um parto. Parido, esse movimento ainda menino, chega aqui ao seu primeiro aniversário. Com um ano de existência e já dando seus primeiros sinais de maturidade, esse Fórum é mais um passo a caminho da maturidade do movimento nacional dos Pontos de Cultura.

Começou através do Programa Cultura Viva como uma política pública. Hoje está nas mãos da sociedade, dos Pontos de Cultura, dos trabalhadores, dos médicos, dos jovens, das crianças, dos realizadores da cultura em todo país. Esse Fórum é a consequência desse movimento acontecendo. Foram dezenove encontros, fóruns, pré teias estaduais, diversos Estados, uma quantidade imensa de propostas, resoluções e anseios de Pontos. Todos eles estão aqui representados por mais de trezentos delegados. Quero aqui apenas lembrar uma frase de Boa Ventura de Sousa Santos que tem muito a ver com esse momento que estamos vivendo: “devemos reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza e devemos reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza”, Iguais na diferença, bem-vindos ao II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.

Primeiramente boa tarde, sejam bem-vindos a nossa cidade. Sinto-me muito feliz em receber os Pontos de Cultura em Brasília. Vamos viver, realizar o fórum, curtir essa teia e curtam também a cidade, que é maravilhosa. Sejam bem-vindos, muito obrigado.

Alexandre Santini

Coordenador do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura
Ponto de Cultura Tá Na Rua (RJ)





4. DOCUMENTO BASE:

**PONTOS DE CULTURA:
O PARTO DE UM NOVO
MOVIMENTO CULTURAL
E POLÍTICO.**

UMA MOLA POTENTE QUE SE SOLTA
PRA ROMPER OS LIMITES DA MECÂNICA
E PROJETA-SE COM FORÇA TÃO TITÂNICA
QUE PRA OS VELHOS LIMITES NUNCA VOLTA,
OU UM PÁSSARO QUE CHORA DE REVOLTA
E NA GAIOLA DESCOBRE UMA ABERTURA
OU A ÁGUA QUE ENCONTRA A RACHADURA
NA TENAZ DA PAREDE DA BARRAGEM.
EIS O RITMO, O TRAJETO E A VIAGEM
DO DISPARO DOS PONTOS DE CULTURA!(*)





Alissa Gottfried



Alen Guimarães

INTRODUÇÃO

Os cerca de 600 delegados e delegadas presentes neste fórum, representando pontos de cultura de todo o país, são testemunhas e protagonistas de um momento histórico importantíssimo para a vida cultural Brasileira. Os Pontos de Cultura são hoje uma referência nacional e internacional no sentido da democratização da cultura e de seus meios de produção. Compreendendo que não existe projeto de desenvolvimento autônomo e sustentável que não passe pela cultura, a ação dos pontos em todo o país contribui para o surgimento e consolidação de formas criativas, colaborativas e inovadoras de ação cultural e política, fortalecimento de novas redes de comunicação e o reconhecimento de saberes e fazeres tradicionais, interações de linguagem e expressões artísticas.

Vistos em uma perspectiva histórica, os pontos de cultura são uma experiência recente, mas que representam uma linha de continuidade com diversos movimentos de construção das identidades e

manifestações da diversidade do povo brasileiro. São herdeiros das diversas resistências indígenas e quilombolas de nossa história, da Semana de Arte Moderna de 22, dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE, dos Círculos de Cultura de Paulo Freire, do Tropicalismo, da resistência cultural à ditadura, das expressões culturais da juventude na periferia das grandes cidades, dos saberes e práticas de tradição oral de grãos e mestres da cultura popular.

O Programa Cultura Viva é formulado e desenvolvido desde 2004 pelo Secretário Célio Turino e a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura. Ao reconhecer e ativar pontos nevrálgicos da expressão, criação e identidade cultural, inspira e impulsiona a criação de ações, redes, movimentos e circuitos culturais. Os pontos de Cultura apontam para o surgimento de novas formas de relação entre o estado e a sociedade, em que o estado, ao invés de impor, dispõe as condições e os meios para o exercício da autonomia, protagonismo e empoderamento social. Este conceito inovador de política pública, sintetizado na imagem poética criada pelo Ministro Gilberto Gil – o “Do-in antropológico” -

redefine a geografia cultural brasileira e contribui para o fortalecimento do lugar da cultura na agenda social e política do país.

O que começou como um programa governamental extrapolou as fronteiras institucionais e hoje os pontos de cultura emergem com a força de um movimento social presente e organizado em todo o país. Nos últimos 03 anos este movimento se (re)conheceu, se encontrou e se fortaleceu. Este Encontro é decisivo para garantirmos que este processo de autonomia e protagonismo cultural do povo brasileiro seja reconhecido como política de estado, incorporado ao Sistema Nacional de Cultura e amparado em dispositivos legais que qualifiquem a gestão compartilhada de políticas públicas entre o estado e a sociedade civil.

O II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura é a expressão legítima e organizada deste movimento da cultura brasileira, que apresenta para o conjunto da sociedade sua produção artística, pautas políticas, práticas pedagógicas, manifestações e expressões culturais.



OBJETIVOS PERMANENTES DO FNPC

Elaboração de propostas de políticas públicas de estado para a cultura no Brasil, em especial no que se refere aos Pontos de Cultura, ao Programa Cultura Viva e ao Plano Nacional de Cultura.

Proposição de novos marcos legais que afirmem a cultura como direito de cidadania e dever do estado, reconhecendo a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro.

Articulação e fortalecimento dos fóruns e redes estaduais de pontos de cultura.

Fortalecimento de ações transversais em rede entre pontos de cultura de todo o país.

Discussão sobre os desafios institucionais da gestão compartilhada das políticas públicas de cultura entre o estado e a sociedade civil.

Construção de uma pauta política e de uma agenda de ações do movimento nacional dos pontos de cultura.



HISTÓRICO

Podemos dizer que muito antes de se tornarem uma política pública já existiam muitos “pontos de cultura”. Eles são milhares, são milhões no Brasil. O Programa Cultura Viva nasce de um diálogo entre estas iniciativas e os movimentos culturais que já aconteciam com uma política pública do Ministério da Cultura, gerando o que poderíamos chamar de um território comum entre a sociedade civil e o Estado. Criou-se uma possibilidade de se ampliar e potencializar o trabalho de democratização que entidades sócio-culturais já desenvolviam em todo o país, articulando estas iniciativas em rede. O Cultura Viva é fruto do reconhecimento, por um governo democrático, de lutas e conquistas históricas do movimento cultural popular.

Desde 2006 este movimento se encontra anualmente em suas TEIAS, espaços de encontro, troca, reflexão, organização política e celebração dos pontos de cultura. A cada ano, a experiência se aprofunda e o movimento cresce e amadurece. Em 2006 a TEIA ocupou o simbólico espaço do Pavilhão da Bienal de São Paulo, invadindo os salões das artes eruditas com as expressões da cultura popular. Foi realizada uma primeira Plenária Nacional dos Pontos de Cultura, reunião breve e ainda incipiente, mas que demonstrou a necessidade de uma organização política autônoma dos pontos de cultura para o fortalecimento das redes, e contribuiu para a organização de fóruns e redes estaduais.

QUANDO MENOS SE ESPERA, ALI ESTÁ
NO SUBÚRBIO, NO SÍTIO, NA ESCOLA,
NUMA TABA, N'ALDEIA QUILOMBOLA,
NO CHUI OU NAS MINAS DO AMAPÁ,
NO BERRANTE NO TOQUE DO GANZÁ,
NO FOLHETO, NO BOI OU NA CANÇÃO,
COM A CABEÇA NA NUVEM, O PÉ NO CHÃO
VÃO TECENDO O BORDADO SOCIOLÓGICO,
VÃO FAZENDO O DO-IN ANTROPOLÓGICO
NO SISTEMA NEVRÁLGICO DA NAÇÃO.

CADA PONTO A MIL PONTOS SE INTERLIGA,
SE EMPODERA, SE INCLUI, CIDADANEIA,
CORAÇÕES, BRAÇOS, CRÂNIOS, FORMAM TEIA,
COMO AREIA E CIMENTO DANDO LIGA.
CADA QUAL É TIJOLO É FERRO É VIGA
NESSAS TEIAS DE SONHOS E IDÉIAS
ONDE PALCOS ESTÃO JUNTO DAS PLATÉIAS
E AS SENZALAS OCUPAM A CASA GRANDE
DESTA GRANDE NAÇÃO QUE ORA SE EXPANDE
COM OS EXAMES MANDANDO NAS COLMÉIAS!

Em 2007, o tema da TEIA era “Tudo de Todos” mas foi organizada segundo parâmetros de produção de grandes eventos culturais de mercado, e a lógica de organização do movimento dos pontos de cultura não combina com esse tipo de estrutura de funcionamento. Por outro lado, esta TEIA garantiu importantes avanços para o movimento, como a realização de 9 encontros regionais preparatórios, a realização de uma Plenária Nacional do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura – FNPC 2007, que reuniu cerca de 450 representantes de todo o país. Sua plenária final aprovou a criação de uma Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPC) como instância permanente de articulação e organização da rede.

A criação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura a partir do I FNPC é um marco importante na organização política dos pontos de cultura. O desafio de criar e inventar uma estrutura articuladora desta rede, em um movimento que se propõe inovador nos métodos e nas formas de ação política. Como verticalizar sem hierarquizar? Como garantir uma representação nacional que estimule e privilegie a articulação da rede? Como criar condições de funcionamento para a coordenação de um movimento que tem apoio do estado, mas necessita de autonomia e organização própria, legítima e independente? A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura está em seu processo, em seu primeiro ano de existência, conta hoje em sua composição com representantes da maioria dos estados, das Ações Nacionais e redes temáticas que atuam em torno e a partir dos pontos de cultura.

Como será a futura CNPC - seu formato, composição e dinâmica de funcionamento - é uma das discussões que devem ser aprofundadas neste Fórum. As áreas temáticas e os estados também avançam na criação de redes, fóruns e conselhos, que encontram no FNPC um espaço de consolidação e fortalecimento.



TEIA 2008 – IGUAIS NA DIFERENÇA

A TEIA Brasília 2008 procurou seguir em seu processo de organização as diretrizes apontadas pelos pontos de cultura reunidos no I Fórum Nacional , garantindo a centralidade do Fórum enquanto espaço de discussão e organização autônoma dos pontos de cultura. A realização desta TEIA em Brasília, capital do país, se oferece como importante marco simbólico, para que a afirmação da diversidade cultural representada pelos pontos de cultura possa se instalar no centro das políticas públicas.

O II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura será o centro para onde convergem os nós que foram tecendo esta TEIA em todo o país. As redes estaduais de pontos de cultura realizaram Fóruns e Teias estaduais em 22 estados, reunindo cerca de 6.000 pessoas. Foram mais de 600 delegados inscritos em um universo de 850 pontos de cultura. A descentralização, ou estadualização dos convênios dos pontos de cultura já é uma realidade, e os editais que estão sendo lançados nos estados irão ampliar esta rede, dando-lhe uma maior dimensão, novos contornos e características. Como tornar esta rede articulada e organizada nacionalmente é um dos desafios a serem assumidos por este Fórum.



Alen Guimarães

ESSES PONTOS SÃO PONTES PONDERÁVEIS
PODEROSOS PODERES RESPONSÁVEIS
PELAS MASSAS QUE NÃO SE MASSIFICAM,
SÃO OS MISTOS QUE ENFIM DESMISTIFICAM
UM PODER MIDIÁTICO E VIDEOTA,
"GRANDE IRMÃO" QUE COM A BOTA E A LOROTA
NOS ENQUADRA NUM ÚNICO MODELITO
SÃO OS PONTOS A PONTA DESSE GRITO
DE "OUTRO MUNDO POSSÍVEL" QUE AQUI BROTA.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO II FNPC

O pontos de cultura reconhecem a necessidade da mobilização organizada da sociedade para um profundo debate com os poderes executivo e legislativo sobre as políticas públicas para a cultura no Brasil, com a criação de novos marcos legais que garantam:

AUTONOMIA E PROTAGONISMO SÓCIO-CULTURAL:

Garantia da permanência dos pontos de cultura como política de estado, com dotação orçamentária prevista em dispositivo legal, mecanismos públicos de controle público e gestão compartilhada com a sociedade civil.

PLANO NACIONAL DE CULTURA:

Regulamentação e implantação do Sistema Nacional de Cultura em todos os níveis da federação com definição de suas atribuições, e ampla participação da sociedade.

PROTAGONISMO JUVENIL:

Incentivo à participação da juventude nas políticas públicas de cultura, através do estímulo ao envolvimento da juventude em programas de formação, criação e atuação comunitária em atividades culturais, artísticas e de comunicação.

FINANCIAMENTO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO:

2% do Orçamento da União para a Cultura; Revisão da legislação que rege os convênios entre a sociedade civil e o estado, garantindo transparência, funcionalidade, e agilidade nos processos administrativos, regulamentando a transferência de recursos públicos para ações da sociedade civil com finalidades sociais e culturais.

MESTRES E GRÊOS:

Reconhecimento pelo estado brasileiro aos saberes e fazeres dos mestres e grêos de tradição oral e da cultura popular, com a criação de mecanismos permanentes de apoio e incentivo às redes de transmissão oral e seus vínculos com a educação formal, bem como suas práticas nos diversos grupos étnico-culturais que formam o povo brasileiro.

Está aberto o debate. Que este fórum reflita a diversidade da cultura brasileira, fortaleça a democracia, o diálogo e a participação política. Que discuta temas gerais e específicos das múltiplas redes e grupos que formam esta grande Teia que é o movimento nacional dos Pontos de Cultura. Que reafirme o direito à cultura não só como o acesso a bens e produtos culturais, mas sobretudo como a possibilidade de produção, circulação e difusão de bens e práticas culturais que formam a cultura brasileira em sua diversidade e complexidade. E que os pontos de cultura sejam importantes atores sociais que protagonizem, com alegria e encantamento, as transformações que da sociedade brasileira precisa e necessita, construindo outros mundos e sonhos possíveis.

É TEATRO, É BATUQUE E É POEMA,
CARNAVAL. BOIS-DE-REIS, FREVO E BAIÃO,
É AMOR, ESPERANÇA, LUZ, PAIXÃO
COMBATENDO AS AGRURAS DE UM SISTEMA...
BERIMBAU, MAMULENGO, GLOSA E TEMA
ESCULTURA, ROMANCE, VERSO E PROSA,
ESSA REVOLUÇÃO SILENCIOSA
VAI DAR MUITA ZOADA NUM FUTURO
DE UM BRASIL SEM FARPADO, GRADE E MURO,
DE UMA GENTE QUE COME, RI E... GOZA!
VIDA LONGA AOS PONTOS DE CULTURA!

(*) TRECHOS DO CORDEL "CULTURA...GANHANDO PONTOS", DE CRISPINIANO NETO,
POETA POPULAR E SECRETÁRIO DE CULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE.

5.

REGIMENTO INTERNO DO II FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

1. DA REALIZAÇÃO DO II FNPC

ARTIGO 1 – O II FNPC realizar-se-á nos dias 12 a 14 de novembro de 2008, no Complexo Cultural da República, em Brasília/DF. A realização do II FNPC em 2008 foi uma resolução da Plenária Final do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (I FNPC), no dia 11 de novembro de 2007, em Belo Horizonte-MG.

ARTIGO 2 – O II FNPC é coordenado pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC), que é responsável por sua convocação, inscrições de delegados(as), credenciamento, programação, metodologia, sistematização e divulgação de resoluções.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FNPC) é uma instância legítima e deliberativa do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura e sua realização observa a autonomia e diversidade das formas de organização deste movimento, através das redes e fóruns estaduais, das redes temáticas, das ações nacionais, das redes articuladas pelos Pontões de Cultura e as demais formas de organização transversal dos Pontos de Cultura em nível local, regional e nacional.

2. DOS OBJETIVOS

ARTIGO 3 – O FNPC têm como objetivo geral consolidar-se como uma instância permanente de atuação político-cultural, identificação de demandas e elaboração de propostas para o desenvolvimento de Políticas Públicas.

ARTIGO 4 – São objetivos específicos do II FNPC:

- Elaboração de propostas de Políticas Públicas de Estado para a Cultura no Brasil, em especial no que se refere aos Pontos de Cultura, ao Programa Cultura Viva e ao Sistema Nacional de Cultura.
- Proposição de novos marcos legais que afirmem a cultura como direito de cidadania e dever do Estado, reconhecendo a autonomia e o protagonismo cultural da sociedade brasileira.
- Articulação e fortalecimento dos fóruns e redes estaduais de Pontos de Cultura.
- Fortalecimento de ações transversais em rede entre Pontos de Cultura de todo o país.
- Diálogo sobre os desafios institucionais da gestão compartilhada das Políticas Públicas de Cultura entre o Estado e a sociedade civil.
- Construção de uma pauta política e de uma agenda de ações do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, dentro e fora do Brasil.

3. DOS DELEGADOS(A)S E PARTICIPANTES

ARTIGO 5 – Serão delegados(as) do II FNPC, com direito a voz, voto e participação em todos os espaços de diálogo e deliberação:

1 representante de cada Ponto de Cultura e de cada Pontão de Cultura conveniado com o MinC até a data de abertura das inscrições do II FNPC, cuja inscrição tiver sido enviada no prazo determinado (abertura das inscrições: 17 de setembro; encerramento das inscrições: 08 de outubro) e validada pelos representantes estaduais da CNPC, de acordo com a relação oficial de Pontos de Cultura conveniados emitida pela SPPC/MinC.

Parágrafo Único: Quando houver duplicidade de convênios de Ponto e Pontão de Cultura de uma mesma instituição, ou mesmo quando uma entidade for responsável por mais de um Ponto de Cultura, serão inscritos 1 (um) delegado(a) por cada ponto de cultura conveniado.



ARTIGO 6 – São participantes do II FNPC, com direito a voz e participação nos Grupos de Trabalho (GTs) e nas Plenárias:

1. Representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
2. Representantes do Ministério da Cultura e autoridades governamentais
3. Observadores(as) e parceiros do Programa Cultura Viva, das Ações Nacionais e dos Pontos de Cultura presentes na TEIA Brasília 2008
4. Representantes de Pontos de Cultura aprovados e não conveniados.
5. Convidados(as).

Parágrafo Único: Os participantes do II FNPC deverão se credenciar com a organização da TEIA Brasília 2008. Os casos omissos serão encaminhados à Comissão de credenciamento, que os submeterá à Plenária quando necessário.

4. DO CREDENCIAMENTO

ARTIGO 7 – O credenciamento dos delegados(as) será feito durante os 2 primeiros dias do II FNPC, 12 e 13 de novembro de 2008, das 08 às 18h, em local predeterminado pela organização.

ARTIGO 8 – O credenciamento será feito a partir da relação de inscrições efetuadas até o dia 08 de outubro de 2008, sistematizadas pela Coordenação do II FNPC e validadas pelos representantes estaduais da CNPC.

ARTIGO 9 – O credenciamento deverá ser feito exclusivamente pelo delegado(a) ou suplente, que no ato deverá:

1- Apresentar documento de identidade original com foto, conforme informado na ficha de inscrição.

2- Preencher ficha de credenciamento onde deverá constar: nome completo, número do documento de identidade, nome da entidade e do ponto de cultura representado, email e ato de assinatura do credenciado. No ato do credenciamento o delegado(a) deverá também assinalar de qual GT participará durante o II FNPC.

Parágrafo Único: Em caso de não comparecimento do delegado(a) será credenciado o suplente devidamente indicado na inscrição do Ponto de Cultura.



Nara Oliveira

ARTIGO 10 – O credenciamento de participantes e observadores será feito pela Comissão de credenciamento durante os 2 primeiros dias do II FNPC, conforme a disponibilidade de espaço físico e acomodações no auditório e nos demais espaços do II FNPC.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão de credenciamento será constituída por membros da CNPC, com pelo menos 1 (um) representante de cada região do país.

5. DA PROGRAMAÇÃO GERAL DO II FNPC

ARTIGO 11 – A Programação Geral do II FNPC (em anexo) foi elaborada e aprovada pela CNPC e é composta pelas seguintes atividades: Abertura, Mesa de Contextualização e Debate em Plenário, encontros dos GTs, Plenárias Estaduais e Plenária Final.

ARTIGO 12 – Na Abertura será apresentada a Programação do II FNPC e a proposta de Regimento Interno aprovada pela CNPC.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja destaques ao Regimento, estes serão apresentados pelos delegados(as) ao longo da leitura do texto e seguirão o mesmo procedimento de debate e votação da Plenária Final, privilegiando a busca pelo consenso. (Os propositores dos destaques terão 3 (três) minutos, improrrogáveis, para a defesa do seu ponto de vista. O Coordenador da Mesa concederá a palavra a seguir, por igual tempo, ao membro da CNPC que se apresente para defender a proposta original, sendo então as propostas submetidas à votação em plenária).

ARTIGO 13 – A Mesa de Contextualização será o momento de apresentação da pauta política do II FNPC e do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, bem como da agenda política do Ministério da Cultura. A Mesa de Debates será composta por representantes da CNPC, das Ações do Programa Cultura Viva e do Ministério da Cultura.

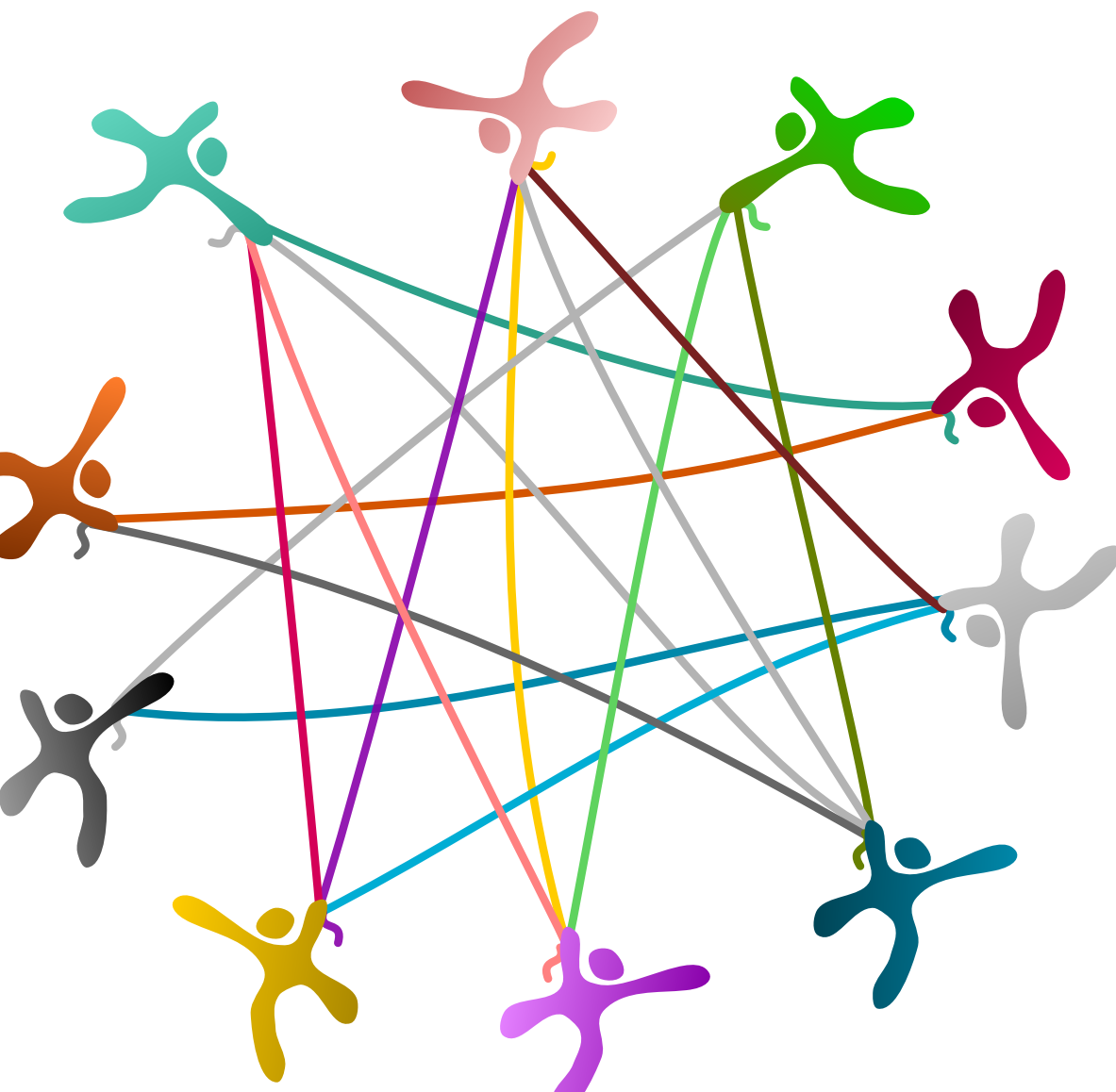
ARTIGO 14 – O debate em Plenário será realizado imediatamente após conclusão da exposição dos membros da Mesa. Os delegados(as) poderão se inscrever para intervenções de até 3 (três) minutos improrrogáveis e o número de inscrições será de acordo com o tempo disponível.



Alexandra Martins

5. DOS GRUPOS DE TRABALHO (GTS)

ARTIGO 15 – Os GTs do II FNPC foram constituídos na Plenária Final do I FNPC (2007) e representam as Ações Nacionais do Programa Cultura Viva e diversas Áreas Temáticas que expressam a diversidade da rede nacional dos Pontos de Cultura. Os GTs que compõem o II FNPC são:



GRUPOS DE TRABALHO/ ÁREAS TEMÁTICAS E AÇÕES:

1. LGBT
2. MATRIZ AFRICANA
3. CULTURA DA PAZ
4. JUVENTUDE
5. GRUPO AMAZÔNICO
6. ESTUDANTES
7. AUDIOVISUAL
8. PATRIMÔNIO MATERIAL
9. RÁDIOS COMUNITÁRIAS
10. HIP-HOP
11. ECONOMIA SOLIDÁRIA
12. ARTES CÊNICAS
13. CRIANÇA E ADOLESCENTE
14. LITERATURA
15. MÚSICA
16. GÊNERO
17. RIBEIRINHOS
18. PATRIMÔNIO IMATERIAL, CULTURAS TRADICIONAIS E INDÍGENAS
19. REDE DA TERRA
20. AÇÃO GRIÔ
21. ESCOLA VIVA
22. CULTURA DIGITAL
23. LEGISLAÇÃO
24. SUSTENTABILIDADE
25. PONTÕES E ARTICULAÇÃO DA REDE

ARTIGO 16 – Os GTs se reunirão, simultaneamente, no dia 13 de novembro de 2008, de 14 às 18h, em locais que serão divulgados durante o credenciamento.

ARTIGO 17 – No ato do credenciamento, o delegado(a) deverá indicar em qual GT irá participar. Cada delegado(a) deve participar de apenas 01 (um) GT no II FNPC.

ARTIGO 18 – Os GTs terão autonomia para elaboração de pauta, programação e metodologia de suas reuniões, observando os objetivos do II FNPC, e a pauta política do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura expressa na Programação, na Orientação Geral aos GTs e no Documento Base do II FNPC.

ARTIGO 19 – Os GTs deverão aprovar entre seus participantes um conjunto de até 5 (cinco) resoluções e propostas gerais e 5 (cinco) resoluções e propostas específicas prioritárias a serem apresentadas na Plenária Final do II FNPC, que irão integrar o conjunto das resoluções do FNPC.

ARTIGO 20 – A Plenária Final poderá referendar a resolução dos GTs em seu conjunto.

ARTIGO 21 – Caso haja propostas antagônicas entre as resoluções dos GTs, a Comissão de sistematização irá destacá-las para discussão e votação na Plenária Final.

ARTIGO 22 – Os GTs deverão escolher no momento de sua reunião e apresentar na Plenária Final o nome de 01 (um) delegado(a) ou participante vinculado a algum Ponto de Cultura que será o representante do GT na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura até o próximo FNPC.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para que o GT possa aprovar resoluções e indicar representantes para compor a CNPC, ele deverá efetivamente ter se reunido durante o II FNPC, observada a participação e representatividade das redes temáticas.



Tatiana Reis

B. DA PLENÁRIA FINAL

ARTIGO 23 – A Plenária Final do II FNPC acontecerá do dia 14/11/2008, em 2 (dois) turnos (09 às 11:30h e 15 às 19:30h), no auditório do Complexo Cultural da República. Os 2 (dois) turnos da Plenária Final serão divididos da seguinte maneira:

1- 1º Turno (09 às 11:30h)

- Apresentação das propostas aprovadas nos GTs pelas Redes de Ações e Áreas Temáticas.

2- 2º Turno (15 às 19:30h)

- Debate e aprovação das propostas destacadas pela Comissão de Sistematização e pela Plenária.
- Aprovação das resoluções gerais do II FNPC.
- Composição da CNPC a partir das indicações dos GTs reunidos no II FNPC e das redes estaduais.
- Aprovação de um documento dos Pontos de Cultura à sociedade brasileira.

ARTIGO 24 – As propostas aprovadas pelos GTs serão apresentadas à Plenária Final, que poderá aprová-las em seu conjunto. Os itens em que houver discordância e/ou necessidade de esclarecimento poderão ser destacados e submetidos à debate e votação no 2º turno da Plenária Final. Será privilegiada a busca pelo consenso sempre que possível.

ARTIGO 25 – As plenárias estaduais serão realizadas no dia 14/11 das 11:30h às 12:30h deverão indicar a representação do estado na CNPC, sempre respeitando a autonomia e as decisões anteriormente definidas pelos fóruns e redes estaduais.

ARTIGO 26 – As solicitações de destaque serão acatadas pela Mesa, mediante apresentação de crachá de delegado(a) ou de representante da CNPC.

ARTIGO 27 – Os propositores dos destaques terão até 05 (cinco) minutos, improrrogáveis, para a defesa do seu ponto de vista. O Coordenador da Mesa concederá a palavra a seguir, por igual tempo, ao delegado(a) que se apresente para defender a proposta original, sendo então as propostas submetidas à votação em Plenária.

ARTIGO 28 – A aprovação das propostas será por maioria simples dos delegados(as) presentes.

ARTIGO 29 – A Plenária Final do II FNPC será coordenada por uma Mesa composta por integrantes da CNPC.



Tatiana Reis

7. DA COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

ARTIGO 30 - A CNPC é o instrumento de articulação permanente do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, sendo responsável pela convocação, inscrições de delegados(as), credenciamento, programação, metodologia, sistematização, divulgação e encaminhamentos das resoluções do II FNPC.

ARTIGO 31 - A CNPC é formada por representantes dos estados, ações nacionais e áreas temáticas que se reúnem no FNPC. Sua articulação permanente se dá através da participação dos representantes nas listas de discussão na internet, nas reuniões e encontros presenciais e no portal do FNPC na rede.

ARTIGO 32 - A composição, atribuições e formato da CNPC são definidas pelo FNPC.

ARTIGO 33 - As redes estaduais, áreas temáticas e ações nacionais terão autonomia para indicar ao FNPC os seus representantes na CNPC. Caso os representantes estaduais já tenham sido indicados pelos fóruns e plenárias estaduais antes do II FNPC, será respeitada a autonomia e a decisão tomada pelos fóruns e redes estaduais.



Tatiana Reis



Tatiana Reis



Tatiana Reis

b. MESA DE CONTEXTUALIZAÇÃO:

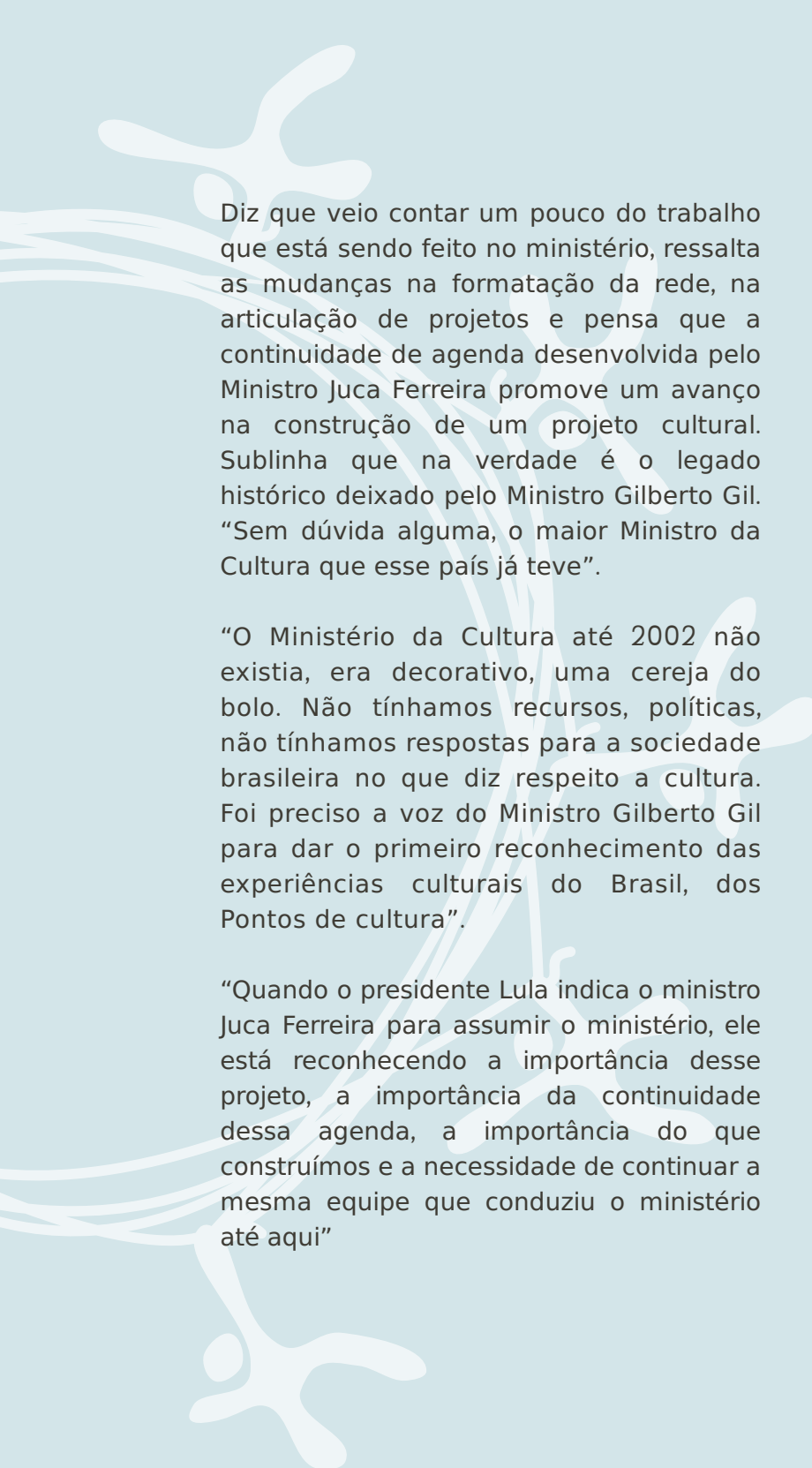
Alfredo Manevy

Secretário-executivo do Ministério da Cultura.

O Ministro Interino da Cultura Alfredo Manevy chega brincando: “Assim que ouvi meu nome cancelei a entrevista. Não iria trocar nem um minuto de estar aqui com vocês por uma entrevista”. Inicia justificando a ausência do Ministro Juca Ferreira. O mesmo está em Portugal discutindo temas relativos ao acordo ortográfico com países Africanos de língua portuguesa. “O Brasil tem um papel importantíssimo em trabalhar com a África, com os países de língua portuguesa que tem uma verdadeira paixão com o Brasil, pela nossa cultura e essa é uma agenda estratégica”. Cumprimenta os Pontos de Cultura do Brasil, os estados brasileiros e exprime satisfação em estar no II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.



Teotonio Roque



Diz que veio contar um pouco do trabalho que está sendo feito no ministério, ressalta as mudanças na formatação da rede, na articulação de projetos e pensa que a continuidade de agenda desenvolvida pelo Ministro Juca Ferreira promove um avanço na construção de um projeto cultural. Sublinha que na verdade é o legado histórico deixado pelo Ministro Gilberto Gil. “Sem dúvida alguma, o maior Ministro da Cultura que esse país já teve”.

“O Ministério da Cultura até 2002 não existia, era decorativo, uma cereja do bolo. Não tínhamos recursos, políticas, não tínhamos respostas para a sociedade brasileira no que diz respeito a cultura. Foi preciso a voz do Ministro Gilberto Gil para dar o primeiro reconhecimento das experiências culturais do Brasil, dos Pontos de cultura”.

“Quando o presidente Lula indica o ministro Juca Ferreira para assumir o ministério, ele está reconhecendo a importância desse projeto, a importância da continuidade dessa agenda, a importância do que construímos e a necessidade de continuar a mesma equipe que conduziu o ministério até aqui”

Em seguida afirma que os Pontos já eram uma realidade, já produziam cultura e que o Programa Cultura Viva apenas os reconheceu, passou a dialogar e abriu suas portas para os grupos populares. Rompendo com paradigmas anteriores, onde apenas as chamadas Belas Artes, linguagens artísticas eleitas, obtinham recursos. A partir da mudança de postura o Ministério da Cultura passa a lançar olhares para a cultura popular, para o movimento das ruas, das comunidades, de setores nunca antes contemplados, dos Pontos de Cultura. “Quem faz cultura é a sociedade”. Diante do novo quadro é preciso que outros olhares o mirem. Aprovar leis com novos conceitos, novos valores e o pleno reconhecimento da cultura popular são tarefas urgentes e necessárias se quisermos que as conquistas não fiquem ao sabor do governo de plantão. É preciso que o Estado se torne instrumento de afirmação cultural, de maneira que não aconteçam retrocessos. Essa discussão se torna vital na definição e implementação de um Plano Nacional de Cultura perene, sólido e que contemple as especificidades e demandas de cada Ponto de Cultura. É a possibilidade de aprovar em leis políticas públicas para a cultura. Efetivamente é o

instrumento mais consistente para estabelecer uma política pública forte, com continuidade e recursos que atendam as demandas culturais, afirmando, assim, a importância do fato cultural, independentemente de sua origem.

Ressalta ainda, a importância de uma política de financiamento abarcando todos os grupos culturais do Brasil em um processo contínuo e de conversa, de diálogo. Não só em disponibilidade de recursos, mas também na capacitação e integração dos diversos grupos culturais existentes no mercado. “A política de financiamento tem que dialogar com todos grupos culturais do Brasil”. Trata-se de um plano que afirma a cultura como uma agenda estratégica na construção de um novo país. O modelo da lei Rouanet, herança do passado, não é viável, já que deixa nas mãos da Indústria Cultural as diretrizes da política cultural. “São as empresas que definem fundamentalmente o destino da política pública para a cultura”.

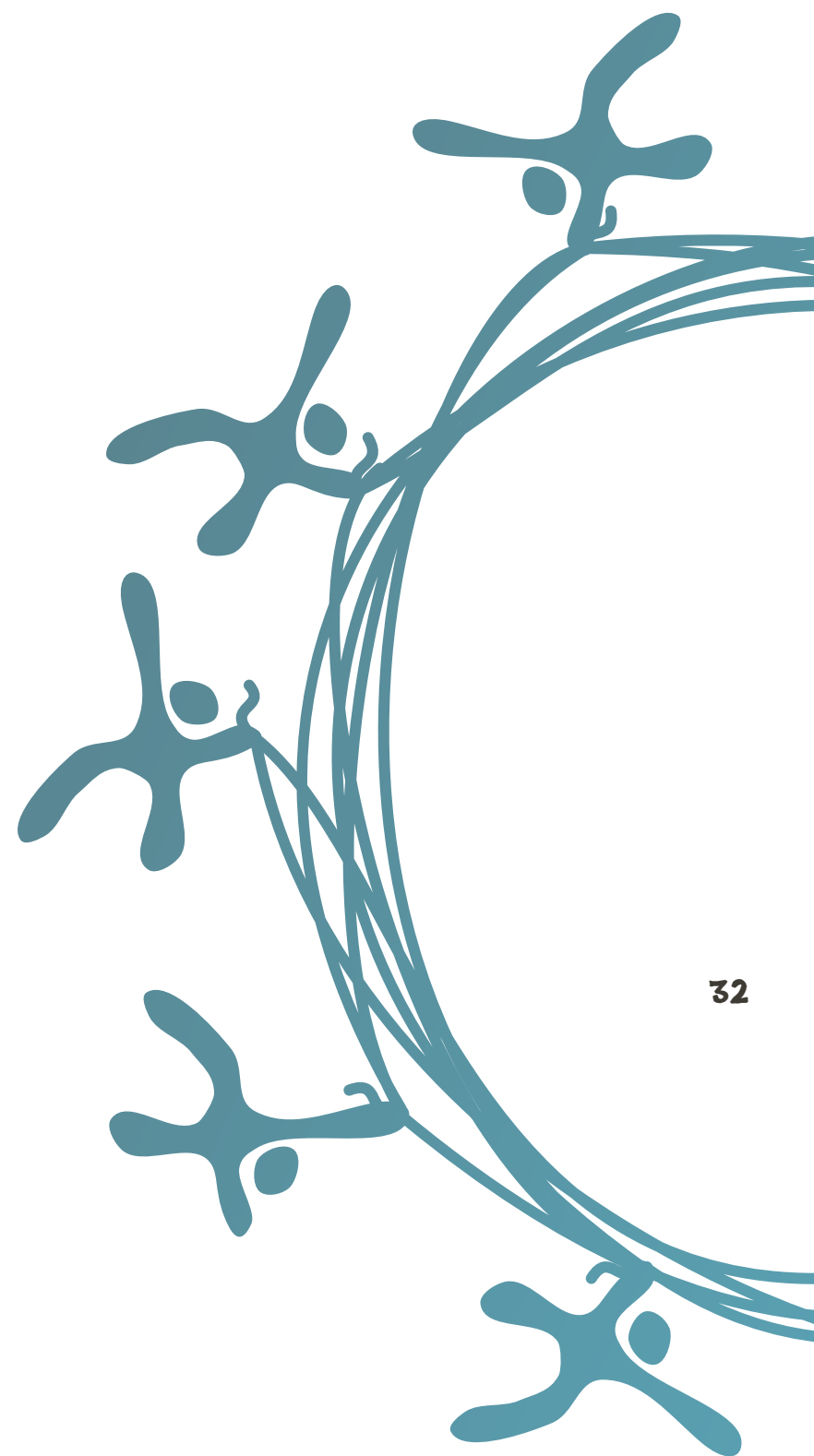
O Plano Nacional de Cultura significa a possibilidade de aprovar em lei, ou seja, o mecanismo mais permanente, mais sólido para garantir o reconhecimento cultural independentemente de governo

ou agenda, as definições de uma Política de Cultura Pública. Sua discussão e aprovação são vitais para a construção definitiva de um modelo que contemple todos e não dependam do governante de ocasião. O plano vai dizer o que é a cultura brasileira, seu tamanho, sua diversidade, quais são os recursos disponíveis, qual o papel do estado, definir e afirmar a política de financiamento da cultura. Enfim, trata-se de um marco regulatório de importância crucial para todos os Pontos de Cultura. Pede especial atenção com o plano, pois é ele quem vai regular toda política cultural nos próximos dez anos.

Em seguida afirma que o parlamento tem sido um companheiro nessa discussão ao reconhecer a importância estratégica da cultura. Conclama os presentes a se organizarem em um grande movimento junto aos parlamentares para aprovação das emendas. Informa, ainda, que tramitam agora no congresso, além do Plano Nacional de Cultura, alguns projetos de interesse da cultura brasileira. O Ministério da Cultura apresentou duas grandes propostas de aumento orçamentário. São emendas que, se aprovadas pelas Comissões de Orçamento das casas e posteriormente pelo plenário, representarão um aporte de

cerca de um bilhão e cem milhões de reais para o ano vindouro. Chegou a boa notícia de que as proposições foram aprovadas em primeira instância. Agora vai para o relator setorial do orçamento, Deputado Bruno Viana (PE) e para o Relator do Orçamento, Senador Delcídio Amaral (MS). O que é bom sinal, segundo o Ministro Interino. Com essa quantia, um bilhão e cem milhões de reais, chega-se ao 1% do orçamento federal para a cultura. Portanto, é fundamental que os atores culturais se unam para a aprovação dessas emendas.

Ao mesmo tempo tramita no congresso o reforço do Ministério. O estado precário da estrutura do Ministério da Cultura, com uma equipe pequena e instalações irrisórias, assim como a parte que lhe cabe no orçamento federal, necessita ampliações urgentes. A carreira da cultura é precária, embora ano passado tenha melhorado um pouco. Para se ter uma idéia, o responsável por todo patrimônio de uma igreja do setecentos mineiro, ganha o mesmo que um ascensorista. Alfredo Manevy reconhece as dificuldades administrativas, mas argumenta que o ministério aumentou o número de projetos, de editais, de



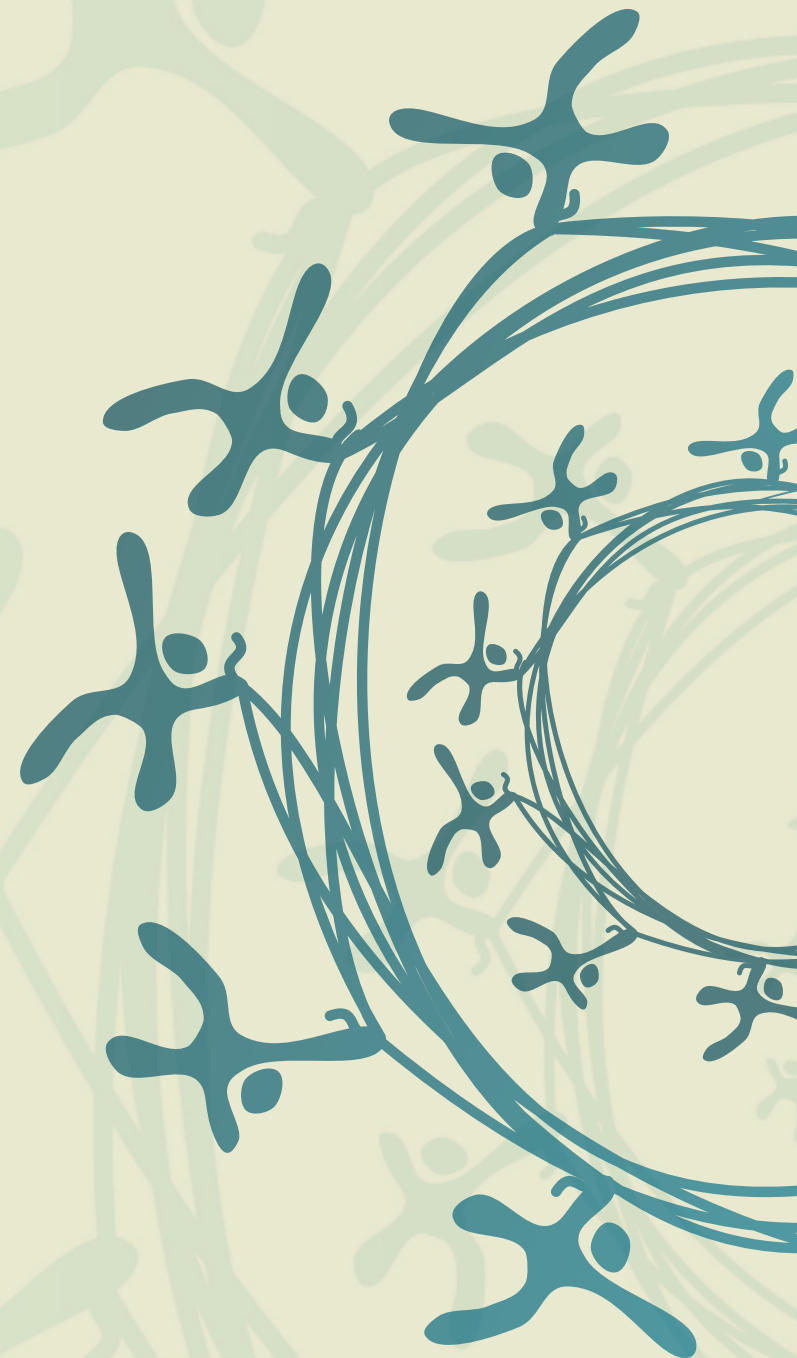
demandas e não houve o crescimento estrutural correspondente. Há muitas falhas, burocracia exagerada, o andamento dos processos são forçosamente lentos. Há uma necessidade imperiosa de se duplicar a estrutura do Ministério, não obstante os esforços feitos pelo Governo Federal em sua ampliação, para que seja viável os dez mil Pontos de Cultura almejados para 2010.

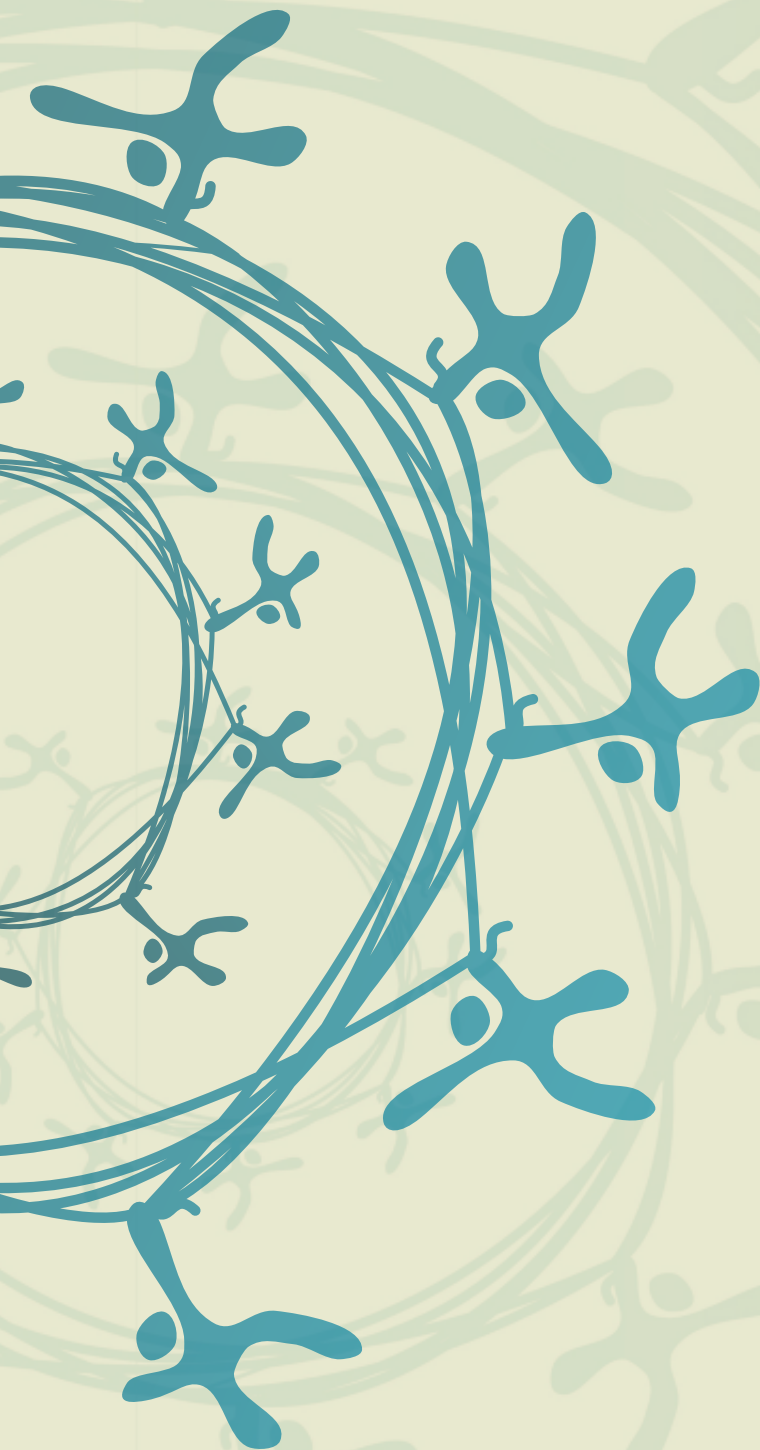
Ano passado foi aprovado o Programa Mais Cultura, um acontecimento importante. Tal programa destina quatro bilhões e quinhentos milhões voltados para o acesso cultural do brasileiro. Essa verba não estava prevista no orçamento e o Presidente Lula tomou para si a afirmação da cultura como agenda social de Governo. É uma decisão histórica. Hoje temos recursos oriundos de diversos ministérios visando não só as produções, mas objetivando a formação dos agentes culturais em seu sentido mais amplo possível, técnicos, gestores, griôs, saberes populares, visando a melhora das condições sociais, enfim, presentificando o Estado na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Nesse momento praticamente todos estados do país estão lançando editais dos Pontos de Cultura. Isso significa

transformar o projeto dos Pontos de Cultura em uma política pública, uma política da sociedade e não de um partido, de um único governo ou da União. Dessa maneira, decentralizando os Pontos de Cultura, um sistema nacional de cultura vai se construindo no fazer, na labuta do cotidiano. O Ministro sublinha a necessidade de que esse sistema passe pelos municípios em um diálogo amplo, múltiplo e democrático.

O Ministério sugere que se aproveite essa Teia, por ser a vanguarda dessa experiência, para pensar em novas leis, novos editais e novas formas de trabalhar os Pontos de Cultura. Nisso entra a Ação Griô em mais um belo cortejo com muita dança, música e alegria. O ministro gosta da quebra e agradece aos mestres. “Essa Teia é decisiva no sentido de dar um salto, avançar na discussão dessa agenda”. Acredita que da Teia possa surgir um elenco de idéias novas e proposições fundamentais para a reforma da legislação reguladora de financiamento cultural no Brasil. Admite a falta de preparo do Estado para lidar com essa nova experiência. “O Estado não está preparado para dialogar com essa experiência. O Estado foi





preparado para ser uma máquina centralizada, autoritária, sem dinâmica e inflexível”. Sendo assim, é preciso mudar esse estado de coisas. Transformações muito além das políticas, das diretrizes. É preciso mexer na legislação, na burocracia. Ressalta a pertinência do assunto e parabeniza a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura por ter colocado o assunto na pauta das discussões. Isso mostra uma visão estratégica da Comissão.

Lógico que se quer uma prestação de contas transparente, um Estado claro, com um conjunto de regras compatíveis com as experiências dos Pontos de Cultura. É preciso debater mudanças, novas leis, novas regras e esse é o fórum adequado. Chegou o momento de mexer na legislação e reconhecer os serviços prestados à comunidade pelos Pontos de Cultura como contra partida, como parte do trabalho feito. Essa é oportunidade, junto com o Ministro Juca Ferreira, de apresentar propostas para mudanças nas leis que atendam as especificidades do Pontos de Cultura.

O Ministério vai mudar a lei Rouanet, disse o Ministro Interino. Segundo ele, o Ministério está finalizando os estudos de

uma proposta legislativa. Teremos uma nova legislação de fomento a cultura onde o uso de recurso público do orçamento será sua principal ferramenta. Não a renúncia fiscal, ela pode cumprir seu papel através do retorno de imagem, que é o que a indústria quer. Contudo, projetos culturais da sociedade, que não tem, em sua grande maioria, retorno de imagem, necessitam do recurso público. Esse é o centro da reforma que estamos propondo, afirma Alfredo Manevi. A lei Rounet tem dentro dela um Fundo Nacional de Cultura. É o pior fundo da Esplanada dos Ministérios. É um fundo sem recursos, sem capacidade para atender as demandas da cultura, apenas cem milhões de reais por ano. Como dito anteriormente o Ministro Juca Ferreira está finalizando um projeto de lei que criará o Fundo Nacional de Cultura e o Fundo de Acesso Cultural, Cidadania e Diversidade Cultural. Nesse último estarão abrigados os projetos dos Pontos de Cultura, das comunidades, dos grupos. Abrigará os fundos setoriais, do audiovisual, música, povos indígenas, capoeiras, do museu de memória, povos indígenas, comunidades, das artes, do livro e da leitura. Ou seja, uma espécie de FUNDEB da cultura.

“Nossa meta é a criação de vários Pontos de Cultura, o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura e vamos corrigir as distorções da renúncia fiscal”. Questiona o acesso à renúncia fiscal de projetos com capacidade de captação mercadológica e já pagos. O Ministro Interino afirma ser interesse da política cultural ter uma Indústria Cultural, uma economia da cultura forte. Entretanto cobra uma democratização no acesso aos produtos oferecidos. Reivindica ingressos baratos e circulação das obras. Reafirma a importância dessa reforma e pede mais uma vez a mobilização em torno da mesma. Aproveita para abordar uma outra reforma: a reforma do direito autoral.

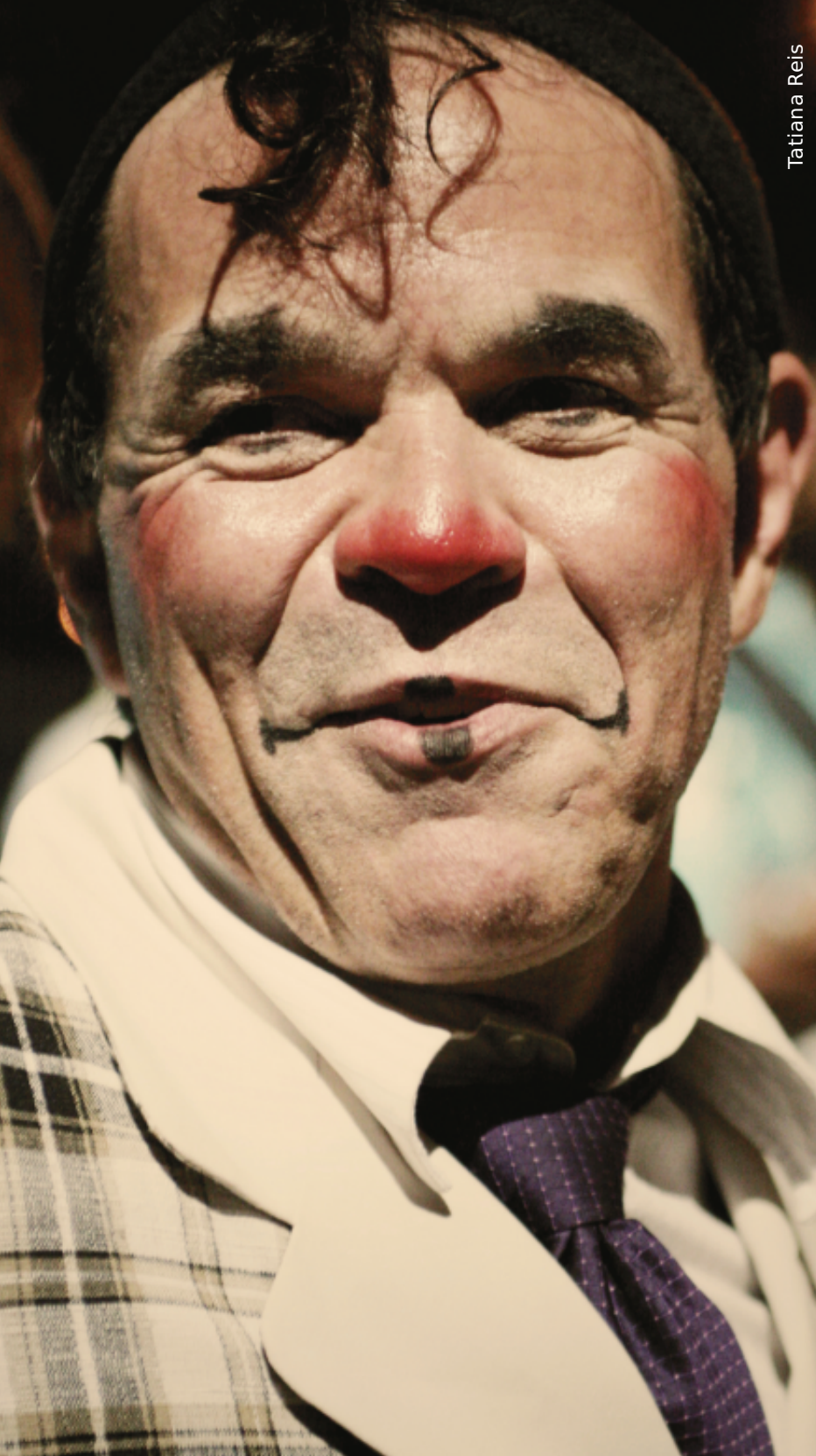
Segundo o Ministro Interino, a maneira como os recursos são arrecadados e distribuídos não é evidente, trata-se de uma verdadeira caixa-preta. Os critérios não são claros e o Estado não tem função nenhuma nesse processo. Afirma que o ECAD é uma instituição importante, pois se avançou muito nesses últimos trinta anos no sentido da proteção dos criadores. Criada nos anos setenta para defender os autores, hoje não cumpre sua função. A queixa dos artistas, da comunidade, do cidadão é enorme. Não

explica onde arrecada e como distribui esse recurso. É preciso transparência na administração da ECAD, pois ela arrecada a riqueza da música brasileira em cada canto desse país e tem que distribuir essa riqueza de maneira correta, inclusive com a distribuição dos direitos relativos aos saberes tradicionais. Nos deixou perplexo, afirma o Ministro Interino, saber que o ECAD arrecada direitos autorais de músicas coletivas, de músicas que são patrimônios comunitários. Isso é uma distorção. O ECAD tem que vir para esse novo modelo e ele quer vir, que dialogar, continua o Alfredo Manevi. É preciso fazer a reforma da legislação autoral. Hoje nós temos uma lei autoral que torna o acesso ao conhecimento uma violação de direitos. Com essa lei cerceando direitos culturais, tornando crime, tornando pirataria o que é direito estaremos caminhando para trás, então essa lei tem que mudar. Cópia feita para uso do conhecimento, da criação, para debater, refletir, essa cópia é legítima, não é pirataria.

“Com todos esses debates sobre o Plano Nacional de Cultura, a nova Lei Rouanet, a mudança da lei autoral, na crítica e proposição de novos marcos

legais, é na discussão dessas questões que iniciamos uma virada importante. Os Pontos de Cultura representam uma grande novidade, simbolizam novas idéias, novos pensamentos. É preciso ir além das ações locais, é preciso pensar na grande rede, é preciso atuar nos centros, nas Universidades, é necessário que a academia abra suas portas pra as comunidades, os Grêmios, os conhecimentos tradicionais. É uma etapa de novos desafios, de novas responsabilidades, de um novo estágio mundial, com um período de maior diálogo entre as nações. E é com essa mensagem de esperança que me despeço de vocês esta manhã. Muito Obrigado.”





Tatiana Reis

7.

RESOLUÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Dentre os 25 Grupos de Trabalho e áreas temáticas previstas na convocação e no Regimento Interno do II FNPC, alguns se reuniram em conjunto, no sentido de otimizar o uso das instalações e dos recursos humanos e materiais de sistematização disponíveis. No entanto, os grupos preservaram suas especificidades e encaminharam as discussões de seus temas específicos, como comprovam as resoluções aprovadas pelos grupos os encaminhamentos feitos pelos grupos.

METODOLOGIA DE TRABALHO DOS GTs

Os GTs foram coordenados por seus representantes na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, ou por delegados previamente indicados pela CNPC cuja atividade do ponto de cultura era correlata às áreas temáticas e ações reunidas.

Cada GT contou com um relator - estagiários selecionados pelo Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília - que ficaram responsáveis pela relatoria das propostas apresentadas no GT, sob orientação do coordenador do mesmo e da comissão de sistematização do II FNPC.

Cada GT, preservada a sua autonomia metodológica e de forma de organização prevista no regimento interno do II FNPC, seguiu os seguintes procedimentos:

- Apresentação da coordenação e da relatoria;
- Apresentação dos participantes do GT;
- Realização de uma exposição inicial sobre as áreas temáticas e ações nacionais reunidas, quando necessário;
- Consensualização e controle do tempo para as falas dos participantes.

APROVAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Cada GT, a partir da leitura todas as propostas apresentadas pelos participantes, deveria sistematizar um conjunto de propostas, sendo 5 relacionadas ao tema de cada área reunida e 05 relacionadas aos objetivos políticos gerais do II FNPC. Estas propostas foram aprovadas por cada GT em caráter deliberativo e apresentadas na plenária final.

A comissão de sistematização procurou identificar as propostas divergentes, convergentes e complementares em uma redação que desse conta da diversidade e da especificidade das propostas. Estas propostas sistematizadas foram aprovadas na Plenária Final de maneira consensual, e todas as resoluções propostas pelos GTs foram aprovadas em conjunto.

Em alguns casos, os GTs apresentaram apenas as 5 propostas específicas de suas áreas. Nestes casos, foram preservadas as redações na forma apresentada pelos GTs.



INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES NA CNPC

Os GTs, em seu processo de deliberação, indicaram 1 representante titular e 1 suplente das áreas temáticas e ações reunidas para compor a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC).

PROGRAMAÇÃO DAS DISCUSSÕES

14:00 – Apresentação da coordenação e dos participantes, exposição inicial.

14:30 – Debate

16:30 – Encaminhamento: priorização e aprovação das propostas

17:30 – Indicação de um representante por ações e áreas temáticas reunidas para composição da próxima CNPC

18:00 – Encerramento

RESOLUÇÕES APROVADAS POR GRUPO DE TRABALHO:

1. LGBT E GÊNERO

RELATOR: Eduardo Augusto R. Barros

MEDIADOR: Oswaldo Braga do Ponto G. De Cultura e do Movimento Gay de Minas.

PROPOSTAS:

1. Que o recorte de gênero, identidade de gênero e orientação sexual sejam temas transversais a todos os Pontos de Cultura.
2. Ampliação do número de Pontos de Cultura e ações para a área de gênero e LGBT.
3. Que seja considerado como critério de avaliação para editais e premiações, o crescimento de ações já desenvolvidas pelos Pontos de Cultura, Instituições e Organizações.
4. Que seja criada uma nova forma de contrato entre as Instituições proponentes e o Ministério da Cultura, através da criação de um grupo de trabalho. Considerando a flexibilidade dos Pontos de Cultura.
5. Que espaços como TEIA, encontros e Pontos de Cultura disponham de estruturas específicas para o colhimento de crianças que as mães precisam trazer.

COMISSÃO DO SEGMENTO GÊNERO:

REPRESENTANTE

Silvia Regina Barros

SUPLENTE

Beatriz de Aguiar Hanssen

COMISSÃO DO SEGMENTO LGBT:

REPRESENTANTE

Katia Regina Mendes

SUPLENTE

Oswaldo Braga



DELEGADOS DO GRUPO DE TRABALHO LGBT

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Kátia Regina Mendes Silva	MO.LE.CA. – Movimento Lésbico de Campinas	Campinas, SP.
Michel Brucce Cerqueira Fonseca	Ponto G de Cultura	Juiz de Fora, MG.
Anderson Cunha Santos	Contagem Cultura Viva	Contagem, MG.
Sandro Ouriques Cardoso	SOMOS - Ponto de Cultura LGBT do RS	Porto Alegre, RS.
Nazareno Barbalho Silva	Paradigma	São Paulo, SP.

DELEGADOS DO GRUPO DE TRABALHO GÊNERO

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Maria de Fátima Silva Rosa	Oficina dos Sonhos	São Paulo, SP.
Maria Noelci Teixeira Homero	Maria Mulher	Porto Alegre, RS.
Ariane Cavalheiro da Silva	Maria Mulher	Porto Alegre, RS.
Aline Batista de Paula	Caixa de Mulher / Dançando o Presente, Contando o Futuro	Rio de Janeiro, RJ.
Silvia Regina de Barros	Mocambos – Tambor Menino	Americana, SP.

2. MATRIZ AFRICANA

RELATORA: Bruna Cerqueira Sigmaringa Seixas

COORDENADORA: Mãe Lúcia de Oyá – P.C. Côco de Umbigada.

SUPLENTE: Alceu José Estevão – P.C. Urucungos: nos caminhos de São Paulo.

PROPOSTAS:

1. Que o Ministério da Educação faça parceria com os terreiros através do Programa Mais Educação, implementando a Lei 10.639/2003, produzindo livros e cartilhas da história africana e sua distribuição como material pedagógico em todos os pontos de cultura e escolas;
2. Que haja fortalecimento da rede Matriz Africana, com garantia de infra-estrutura, por parte do Ministério da Cultura, na viabilização dos encontros regionais e estaduais, com a presença de todos os pontos de cultura conveniados e não conveniados;
3. Encontro Nacional dos Pontos de Cultura de Matriz Africana com convite aos pontos de cultura que possuem trabalhos relacionados com esta temática;



4. Reconhecimento das casas de tradição de matriz africana como espaços de educação;
5. A criação de uma Comissão de Matriz Africana, composta por um coordenador nacional, um suplente, e uma equipe de comunicação, que se relacionará, eletronicamente, com os representantes de cada Estado.

REPRESENTANTE

Mãe Lúcia. Ponto de Cultura Coco de Umbigada, PE.

SUPLENTE

Raimundo Neves. Projeto Cultural Bankoma. Lauro de Freitas, BA.

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Francisco Germano de Carvalho Lúcio	Rede de museus do Maciço de Baturité	Redenção, CE.
Lúcio Monteiro Ribeiro	Maracatu Leão Coroado	Recife/Olinda, PE.
Paulo Rogério da Silva	Pontão de cultura do Jongo/Caxambu	Miracema, RJ.
Sandra Aparecida Furtado	Folia dos Reis	Diadema, SP.
Lucivaldo Paz de Lira	Centro Cultural Conscienciarte	Paracatu, MG.
Alceu José Estevam	Nos caminhos de São Paulo / Urucungos	Campinas, SP.
Luiz Antônio Castro de Jesus	A Cultura Mora Aqui	Campinas, SP.
Cacilda dos Santos Oliveira	Cumbica	Guarulhos, SP.
Gilvan Freitas da Silva	Levantando a Lona (Afroreggae)	Rio de Janeiro, RJ.
Célia Ap. Firmiano Virgino	Cocaia/Javaia Garulhos	Guarulhos, SP.
Isidoro Cruz Neto	Projeto Caju	São Luís, MA.
Sergio Luiz Noronha Pinto	Barão de Mauá	Rio de Janeiro, RJ.
Raimundo Nonato das Neves	Projeto Cultural Bankoma	Lauro de Freitas, BA.
Paulo Romeu Deodoro	Odomode	Porto Alegre, RS.
Antonio Inácio Matos da Silva	Campo do Tuca	Porto Alegre, RS.
Raimundo Ferreira da Silva	Arte Livre	Guarulhos, SP.
Adriana Ferreira de Pinho	Casa Fanti-Ashanti	São Luís, MA.
Rosemary Sampaio Baracho	Ciranda Cultural – Manifestações Culturais	Lençóis, MA.
Maria das Graças Santos da Silva	Jovem artista – ACAT	Salvador, BA.
Sebastião da Silva Maria	Música no Espaço	Contagem, MG.
Milton Soares Pena	Fundação cultural Carlos Drummond de Andrade	Itabira, MG.
Delzuita Maria de Jesus	Grupo Afrocultural Nativos da Bahia	Salvador, BA.
Valtemeir de Melo	Oficinas de Congado	Visconde do Rio Branco, MG.
Gilvânio da Silva Quadros	Curta a Cultura	Teresina, PI.
Vivian Parreira da Silva	Teia das Culturas	São Carlos, SP.

3. CULTURA DE PAZ

MEDIADOR: José Roberto Bezerra Mariano – Ponto de Cultura Lamião da Arte e da Cultura. Cascavel, CE.

ATIVISTAS CULTURAIS:

Maria Fugência – Instituto Odu Odara representante do Ponto de Cultura Espaço de Cidadania Cultura e Educação, BA.

Fabício – Instituto Odu Odara Ponto Espaço da Cidadania Cultura e Educação.

SECRETARIA DE PROGRAMAS E PROJETOS CULTURAIS DO MINC:

Elisario Palermo – Gerente de Ações.

Raquel Nascimento – representante da Gerencia de Ações.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Criar uma Rede dos Pontos de Cultura por uma Cultura de Paz
2. Garantir um espaço para troca de saberes por uma Cultura de Paz no Fórum Social Mundial na TEIA 2009.
3. Incentivar os Pontos de Cultura para uma mobilização unificada no Dia Internacional da Cultura de Paz.



PROPOSTA GERAL

1. Propor a criação de um termo de cooperação interministerial para garantir ações educativas de cultura de paz em espaços formais e informais.
2. Atividades da rede:
3. Articular participação no fórum social mundial.
4. Organizar o texto conceito das bases da rede dos pontos de cultura de paz.
5. Pesquisar e preparar a metodologia da rede da formação da cultura de paz.

REPRESENTANTES

Baseado nos princípios da Cultura de Paz, o Grupo de Trabalho decidiu o compartilhamento da gestão num sistema de rotatividade na representação nacional: Primeiro o Instituto Beija-flor, segundo o Pontão Itinerante (Caravana Arco-Íris) e em terceiro o Pontão de Convivência e Cultura de Paz (Instituto Polis).

Foi registrada em Ata a presença dos participantes. Os trabalhos foram finalizados em uma dinâmica tecendo a rede da paz com uma linha e cada integrante segurando um ponto, fazendo uma rede, construindo um diálogo onde a Paz era a tônica.

Adriana da Penha	Grupo Cultural Jongo da Serrinha	Rio de Janeiro, RJ.
Maria Anatalia dos Santos Nascimento	Quilombo do Rosário	Oeiras, PI.
Youssef El-Khatib	Instituto Jerusalém do Brasil	Campinas, SP.
Marilany Gabriel	Ponto de cultura da Sinpro	Campinas, SP.
Luiz Henrique Rodrigues de Sousa Neto	Projeto Lampião	Fortaleza, CE.
Maria da Graça de Souza	Aerovale	Guarulhos, SP.
Maria Veridiana da C. A. Negrin	Pontão de Convivência e Cultura da paz	São Paulo, SP.
Cláudia de Oliveira Pereira	Teatro	Boa Vista, RR.

4. GRUPOS DE TRABALHO JUVENTUDE E ESTUDANTES

RELATOR: Samuel Silveira Martins

MEDIADOR: Tiago Alves, Representante da Rede dos Estudantes na CNPC. (Pontão de Cultura CUCA da UNE)

PROPOSTAS – REDE DOS ESTUDANTES

1. Utilização da estrutura das escolas e das universidades para a instalação dos Pontos de Cultura, transferindo para esses espaços os preceitos conceituais do programa cultura viva e estabelecendo uma gestão compartilhada para o desenvolvimento do programa.

2. Desenvolver a partir das universidades brasileiras programas de extensão focados em Pontos de Cultura, onde haja a atuação efetiva nos dois âmbitos na construção de novos paradigmas educacionais e culturais.

3. Parceria com as universidades e criação de instrumentos que contribuam para a ruptura dos muros da universidade estabelecendo o dialogo permanente entre os preceitos da cultura erudita e a cultura popular.

4. Promover o intercambio e o dialogo entre os participantes do programa cultura viva com outros programas sociais do governos federal, a exemplo do Prouni.

5. Desenvolver a partir das linguagens artísticas (música, teatro, áudio-visual, cultura popular etc) metodologias pedagógicas e conteúdo para o ensino formal, compreendendo que estas linguagens são instrumentos para a construção de uma educação integral.

REPRESENTANTE DO GRUPO ESTUDANTES

Vanessa Stropp, SP.

SUPLENTE DO GRUPO ESTUDANTES

Rebeca Soares Espínola, PB.

DELEGADOS DO GRUPO DE TRABALHO ESTUDANTES

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Diego Vieira de Oliveira	Universidade da Cultura	Petrópolis, RJ.
Vanessa Stropp Borba	Cuca da UNE- SP	São Paulo, SP.
Lucio Augusto Villela da Costa	CUCA Makunaima	Boa Vista, RR.
Francisco Barroso de Carvalho	Plantando Girassóis	Coronel José Dias, PI.
Elias Bastos Melo	Guaimbê	Pirenópolis, GO.
Fernando C. F. da Silva	Som em Cena	Rio de Janeiro, RJ.

PROPOSTAS – GRUPO JUVENTUDE

1. Estabelecimento de políticas públicas culturais permanentes direcionadas à juventude, tendo a ética, estética e economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, que possibilitem o acesso a recursos de maneira desburocratizada, levando em consideração a diversidade cultural de cada região e diálogo intergeracional. Criação de um mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro aos jovens para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores.
2. Defesa intransigente das 22 prioridades da 1ª Conferência de Juventude, em particular as resoluções referentes a cultura, visto que este foi o terceiro tema em importância na conferência e garantiu 3 propostas entre as prioridades, visto que foram 449 propostas.
3. Entender que a juventude brasileira carece de políticas específicas, entretanto perceber mesmo entre o conjunto de políticas públicas, há uma vasta potencialidade de inserção do recorte juvenil inseridas no Ministério da Cultura no conjunto de suas políticas, em ações como teatro, música, áudio-visual. Vale destacar o sistema de cotas, alteração nos formatos dos editais e apresentações de projetos.
4. É necessário que se produza um mapa dos perfis das juventudes envolvidas no programa Cultura Viva, levando em consideração as diversas pesquisas desenvolvidas por institutos como o IPEA, IPSO, entre outros.
5. Compromisso com uma Formação Cidadã que possibilite aos atores sociais o discernimento e o engajamento ético-político como sua comunidade, compreendendo que o produto das ações

do programa Cultura Viva⁵; não se limita ao fazer artístico e seus produtos, mas a formação do cidadão e toda a sua complexidade.

AÇÕES GERAIS

1. É fundamental desenvolver a luta para que o Cultura Viva deixe de ser o programa de governo e passa a ser um política de estado, formulando um projeto de lei que contemple tal iniciativa.
2. Apoio incondicional a lei dos griôs, entendendo que os mestres da sabedoria popular são fundamentais para o desenvolvimento de uma política de estado relacionada a cultura.
3. O programa cultura viva tem o desafio de dialogar com diversas políticas públicas desenvolvidas nas esferas federal, estadual e municipal, como exemplo o Pronaci, Programa de urbanização das cidades e o Programa nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
4. Ter a preocupação permanente acerca do debate sobre sustentabilidade, entendendo que é um desafio não reproduzirmos a leitura de um setor reacionário que a partir disso justifica a questão do mercado essencial para o financiamento da cultura.
5. O desafio de construção e implementação do Plano Nacional de Cultura, do Projeto de Emenda Constitucional da cultura e da destinação de dois por cento do PIB brasileiro para a destinação de fomento da política pública de cultura são fundamentais, nosso desafio é apresentar um recorte juvenil para todas essas demandas.

REPRESENTANTE DO GRUPO JUVENTUDE

Alexandre Santini, RJ.

SUPLENTE DO GRUPO JUVENTUDE

Fábio Riani Costa Perinotto – Binho, SP.

DELEGADOS DO GRUPO JUVENTUDE

Charles Brait

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Cristina Faustino dos Santos	Abrindo velas, Pescando Cultura de Flecheiras	Trairi, CE.
Maria Silvana dos Santos Magalhães	Multiplicando Cultura / Associação Casa dos Meninos	São Paulo, SP.
Leonardo Trielli de Almeida Marnoto	Frutos do Brasil – Juventude em Debate	São Paulo, SP.
Fabíola de Almeida Cavalcanti	Tapete Mágico – CPTI (Centro Promocional Tia Ileide)	Campinas, SP.
Clarine Alexandre de Lima	Arte de Coco	Fortaleza, CE.
Nidia Rosal Brandão	Ecoando	Colônia do Gurgueia, PI.
Edson de Aguiar A. Filho	Cuca UNE	Rio de Janeiro, RJ.
Fábio Riani Costa Perinotto	Rio Claro Cidade Viva	Rio Claro, SP.
Eduardo Vieira da Silva	Memória Gráfica Typographia Escola de Gravura	Belo Horizonte, MG.
Fábio Kossmann	Cuca UNE	Porto Alegre, RS.
Rafael dos Santos Barneima	Cuca UNE	Recife, PE.
Mônica Larangeira Jácome	Graúna/Ocas	Olinda, PE.
José Alexandre Menezes de Andrade	Escola Pernambucana de Circo	Recife, PE.
Denise O. Carneiro	Rede de Pontos do Estado do Acre	Rio Branco, AC.
Elza Batista de Carvalho	Arte para Todos	Cristina, MG.
Ricardo Nascimento de Silva	Pé na Taba	Manaus, AM.

5. LEGISLAÇÃO

MEDIADOR: Geo Britto – Comissão Nacional do Ponto de Cultura, RJ.

CONVIDADOS:

Leonardo – Advogado da União.

Adilson – Assessor Jurídico do Congresso.

PROPOSTAS GERAIS

1. Documento assinado por todos os pontos de cultura para que os novos editais dos estados sejam adequados à portaria 127 que prevê a possibilidade de 5% em despesas administrativas.
2. Lei Orgânica da Cultura que contemple a estruturação do Sistema Nacional de Cultura nos municípios, estados e a nível federal.
3. Criação de um fundo do Programa Cultura Viva.
4. Fórum digital permanente sobre legislação: Legislação Viva da Cultura.
5. Pressionar a aprovação do projeto de decreto que muda a quantidade de técnicos no MINC para atendimento dos projetos.



Charles Brait

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Distribuir e divulgar o PEC da cultura, fazer um documento e levar para o congresso.
2. Estudar a lei 8666 na perspectiva da cultura.
3. Divulgar e discutir nos Pontos o Plano Nacional de Cultura.
4. Regulamentação das profissões relacionadas à cultura e isenção do imposto de renda para as instituições que trabalham com cultura.
5. Capacitação em gestão das instituições conveniadas pelo Programa Mais Cultura através de vídeo aula passo a passo para a prestação de contas – criação de software, criação de um programa de incubadora cultural – convênio com universidades, CEFET, SEBRAE.

REPRESENTANTE

Maria Stela Cabral. Ponto de Cultura Pimentas. Guarulhos, SP.

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Renata Dalla Santa de Carvalho	Agosto 17 – Transversalidade da Cultura: Arte, Trabalho e Cidadania	Caxias do Sul, RS.
Cleverson Moreira Lino	Engenho das Artes	Corrente, PI.
Mirna Carla Oliveira Sousa	Roteiro de Luz	Fortaleza, CE.
Marlene Correia Nakayama	Art Total – App. Jardim das Pedras	Ariquemes, RO.
Naira Raquel Pereira de Oliveira	Ecocultura Cidadania e Arte	Pedro II, PI.
Francielle Cristina Gaertner	Portal Cultural O Contestado	Canoinhas, SC.
Ivani Machado Bezerra dos Santos	Projeto Agregarte	São Gonçalo do Amarante, RN.
Maria Elisette	Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira	Belo Horizonte, MG.
Flavio Danilo Torre	Rede de Cultura de BH	Belo Horizonte, MG.
Maria de Fátima Gomes Costa	SENAT – Estrada da Vida	Recife, PE.
Carmen Lucia da Silva Gama	Associação Moradores – Alcance do Mundo Sensível	Recife, PE.
Paulo Henrique Pontes Ferreira	Boi da Macuca	Garanhuns, PE.
Roberto Calasans Costa	Samba de coco: História, tradição e resistência	Barra dos Coqueiros, SE.
Maria Isabel Nunes Almeida	Cultura: direito de todos – Fundação Terra Mirim	Simões Filho, BA.
Karl Marx Santos Sousa	Artes do Cangaço	Serra Talhada, PE.
Elza Maria da Cruz	Arteiros do Jaraca – "Arteja"	São Luís, MA.
Maria Stela Cabral	Pimentas / Wesley	Guarulhos, SP.
Isnailda de Souza da Silva	Náuas	Rio Branco, AC.
Maria Izabel da Silva	Projeto Trem da Cultura	Itaúna, MG.
Baltazar Mateus Ventura	Casa da Cultura de Dom Cavati	Dom Cavati, MG.

B. GRUPOS DE TRABALHO AMAZÔNICO E RIBEIRINHO

RELATORA: Leila Saraiva Pantoja

COORDENAÇÃO: Josimar Olavo Dantas (Zulmar) – Representante do Grupo de Trabalho Amazônico e integrante do Ponto do Xingu.

MEDIADOR: Raimundo Nonato Chacon – Ponto de Cultura A bruxa ta Solta e membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Realização, em 2009, do I Encontro dos Pontos de Cultura do Norte e Tocantins, com indicativos dos seguintes lugares: Pará e Roraima.
2. Direcionar 30% dos recursos de todos ministérios para programas culturais nos estados do Norte e Tocantins, principalmente na formação de recursos humanos.
3. Que a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e Comissão Regional Norte, juntamente com o Ministério da Cultura, negociem com os estados do Norte e Tocantins a garantia da isonomia no edital dos Pontos de Cultura do Programa Mais Cultura.

PROPOSTAS GERAIS

1. Que os produtos materiais e imatérias, resultantes das ações dos Pontos de Cultura, sejam integrados à Rede Nacional da Economia Solidária.
2. Sensibilizar estados e municípios para a criação de sistemas de Cultura – Secretaria, Conselho e Fundo – como forma de acesso democrático aos recursos da cultura pela sociedade civil organizada via política de editais.
3. Retomar a ação Agente Cultura Viva, em parceria com outros Ministérios, como programa de inserção do jovem dos Pontos de Cultura no mercado cultural.
4. Estruturar e ampliar a representação regional do Ministério da Cultura no Norte.
5. Na eleição do representante e suplente ficou decidido que os suplentes que se revezariam.

REPRESENTANTE

Josimar Olavo Dantas (Zulmar). Ponto do Xingô.

SUPLENTE

Mario Augusto Vieira Moura. Ponto de Cultura AQUAJUR. Boa Vista, RR.
Helson Batista. Ponto de Cultura Pé na Taba. Manaus, AM.

DELEGADOS DO GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Darci Silva Seles	Pinacoteca do Porão da Temtamen	Rio Branco, AC.
Neiva Nara Brana Lins	Oficina Som da Floresta	Rio Branco, AC.
Carlos Eduardo de Souza Siqueira	ANANIN	Belém, PA.
Alci Santos de Souza	Rede Estadual dos Pontos de Cultura do Pará	Belém, PA.
Otizete Amador de Alencar	Rede de Pontos de Cultura do Amapá	Macapá, AP.
Eliseu Riscarolli	No Bico da Cultura	Tocantinópolis, TO.
Danielle Martins Chagas	KARIWÁ	Boa Vista, RR.
Flávio Costa de Oliveira	Oficina de Lutheria	Boa Vista, RR.
Antonia Flávia Bezerra Marques	Intendência	Boa Vista, RR.
Marcio José Sergino	Usina Cultura	Boa Vista, RR.
Edílson Costa Freitas	Ponto de Cultura da Oca	Santarém, PA.
Maria Celeste Santos da Costa	Mestre Cambota	Abaetetuba, PA.
Marcos Rodrigo Lopes Martins	Pontão de Cultura “Acorda”	Belém, PA.
Dulcidéia da Conceição Palhota	IAÇÁ	Belém, PA.
Maria de Fátima Silva Liette	Cultura de Ouro	Itaituba, PA.
Elson Vicente Batista	Pé na Taba	Manaus, AM.
Liege Marice Barros de Aquino	Cultura Móvel	Boa Vista, RR.
Davi Mascarenhas Carneiro	Ponto de Cultura Balata	Boa Vista, RR.
Lídia da Silva Raposo	Arte Indígena Macuxi	Boa Vista, RR.
Davi Moura dos Santos	Capoeira Angola Palmares	Boa Vista, RR.
Dicinha dos Santos Ferreira	Ciranda o JWIGUÁ	Boa Vista, RR.

CONTINUAÇÃO DELEGADOS DO GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO

Mario Augusto Vieira Moura	AQUAJUR	Boa Vista, RR.
Marinalva Maria da Costa Domingos	Ponto de Cultura Lia de Itamaracá	Ilha de Itamará, PE.
Cristina Maria Alves de Jesus	Espaço da Arte e o Espaço da Vida (Ong. Cacto e Trevo)	Salvador, BA.
Norma Teixeira de Araújo	AMPLIART	Belém, PA.
Roselia Maria Barbosa Feio	O Museu do Marajó	Cachoeira do Arari, PA.
Claudinei Vitor	Folia de Reis/RAP	Guaxupé, MG.
Marcir Félix Alves da Costa	Pedra do Letreiro	Antônio Almeida, PI.

DELEGADA DO GRUPO DE TRABALHO RIBEIRINHOS

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Raquel Cordeiro Leite	Capoeira Cidade Cidadã	Bom Jesus da Lapa, BA.



7. GRUPO DE TRABALHO SUSTENTABILIDADE

RELATOR: Lucas de Freitas

MEDIADOR: Mário Brasil (AC)

PROPOSTAS

1. Catalogar e sistematizar um banco de dados de tecnologia sociais e culturais já desenvolvidas e / ou aplicadas pelos Pontos de Cultura.

2. Capacitar os Gestores dos Pontos de Cultura através de:

2.1 Formalização, por meio do MinC, de convênios e parcerias entre os Pontos de Cultura e as Universidades brasileiras para projetos de pesquisa e extensão voltados para o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade dos Pontos de Cultura;

2.2 Formalização, por meio do MinC, de convênios e parcerias entre os Pontos de Cultura e as incubadoras para desenvolvimento de novos empreendimentos culturais;

2.3 Criação de uma Rede de Pontos de Cultura como Escola de Inovação em Cultura.

2.4 Capacitação dos coordenadores e responsáveis dos Pontos de Cultura para atuarem com ferramentas de gestão empreendedora, visando a sustentabilidade das ações em médio e longo prazo;

3. Criar uma Comissão Nacional para apresentar propostas de Política de Sustentabilidade para os Pontos de Cultura;

4. Promover a comercialização/circulação dos bens e produtos culturais produzidos nos Pontos de Cultura.

5. Criação de mecanismos para venda direta dos produtos e bens culturais à sociedade, buscando novos mercados em economia criativa e solidária;

6. Criação de uma moeda denominada Pontal, com os respectivos mecanismos de controle para ser utilizada como instrumento de troca pelos Pontos de Cultura.

7. Repensar a política de subsídio para os agentes multiplicadores dos Pontos de Cultura.

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Luiz Alberto Nascimento	O Som das Comunidades	Rio de Janeiro, RJ.
José Aparecido Krichinak	Museu de Arte Popular	Diadema, SP.
Luiz Antonio de Oliveira	Museu da Maré	Rio de Janeiro, RJ.
Antonio Carlos Firmino	Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha	Rio de Janeiro, RJ.
Catia Regina da Silva Soares	Instituto de Arte Baixo Santo do Alto Glória	Rio de Janeiro, RJ.
Cinthia Duarte	Afrorissai	Rio de Janeiro, RJ.

Deborah Rebello Lima	Niteroi- Oceânico	Niteroi, RJ.
Fátima de Assis Silva	Estação Vila Augusta	Guarulhos, SP.
Daniele Coutinho dos Santos	Chico Mendes/Cabuçu	Guarulhos, SP.
Leonardo de Jesus Melo	Casa do Compositor-Conservatória-RJ	Rio de Janeiro, RJ.
Maria Aparecida Tozotti	Pólo APAC de Artes Visuais e Música	Sertanópolis, PR.
Maria Joseana Cruz Macedo	Gameleira de São Sebastião- Missão Velha	Missão Velha, CE.
Luciana Silva Castro	Olhar com Arte	São Paulo, SP.
Leide Cardoso Neves	Mulheres Negras- Ações Afirmativas	Teresina, PI.
Lanucia da Silva Quintanilha	Grupo Moitara Projeto Palavras Visíveis	Rio de Janeiro, RJ.
Maria Doralice Barbosa Torreão	Anjos da Caatinga	Serra Branca, PB.
Fernando Magno da Silva	Luzes no Campo	Andradina, SP.
Alice Fonseca dos Santos Nogueira	Resgatar e Produzir Cultura	Redenção do Gurgueia, PI.
Ana Paula Carvalho da Silva	Ser- Tão Brasil: Rede de Artes e Sentido	Salvador, BA.
Wilson da C.do Sacramento	Sementes das Expressões Brasileiras	São Paulo, SP.
Celso Fernando Sefrin Batista dos Santos	Artestação – Nos Trilhos da Cultura	Rio Grande, RS.
Edilene dos Santos Corrêa	Musicarte	São Lourenço do Sul, RS.
Andresa Wanderlucia de Souza	Negras Raízes	Recife, PE.
Raphaella Estéffanne da Silva Araújo	Associação Estação da Cultura	Arcoverde, PE.
Marinalva Maria da Costa Domingos	Ponto de Cultura Lia de Itamaracá	Ilha de Itamará, PE.
Cristina Maria Alves de Jesus	Espaço da Arte e o Espaço da Vida (Ong. Cacto e Trevo)	Salvador, BA.
Norma Teixeira de Araújo	AMPLIART	Belém, PA.
Roselia Maria Barbosa Feio	O Museu do Marajó	Cachoeira do Arari, PA.
Claudinei Vitor	Folia de Reis/RAP	Guaxupé, MG.
Marcir Félix Alves da Costa	Pedra do Letreiro	Antônio Almeida, PI.

B. GRUPOS PONTÕES E REDE DA TERRA

RELATOR: Felipe Medeiros Néri.

MEDIADORES:

Nilton Silva – Representante da Rede Amazônica e Ponto de Cultura Ananin, PA.

Norma Paula – Ponto de Cultura Roteiro de Luz e Pontão Dragão do Mar, CE.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Estimular a articulação de Fóruns Estaduais permanentes de Pontos, Pontões e Redes de Pontos.
2. Previsão de Pontão de Gestão nos editais estaduais e/ou regionais;
3. Garantir na TEIA a realização de oficina nacional de desenvolvimento de redes sociais voltadas para os Pontões;
4. Propor ao MINC uma linha específica de pontão de intercâmbio e interações, tendo como mecanismo ações itinerantes;
5. Desenvolver metodologias de trabalho em rede para as práticas dos pontões em suas relações com os pontões de cultura baseadas em mútua cooperação e colaboração, através do levantamento de ações concretas de atividades a serem realizadas em parceria.

PROPOSTAS GERAIS

1. Sugerir ao “Mapas das Redes” que faça um diagnóstico das interseções entre os Pontões as Redes;
2. Pautar demandas dos Pontos e Pontões na política nacional de cultura;
3. Recomendar a realização de Teia Regional no primeiro semestre de cada ano com captação de recursos de forma compartilhada entre governo e sociedade civil;
4. Estimular o uso de Educação à Distância na formação da rede (melhorar com virtual);

REPRESENTANTE

Rejane Reinaldo – Ecoa, CE.

DELEGADOS PONTÕES E ARTICULAÇÕES DAS REDES

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Luiz Fortunato	PCCC roda viva	Rio de Janeiro, RJ.
Mariane Ohati Nogueira	Pontão Mapas da Rde	São Paulo, SP.
Estelina Klin de Carvalho	Helena Maria na Cultura Viva	Osasco, SP.
Antonio Carlos Pedro Pereira	Ética e Arte- Formação de Agentes de Comunicação	São Paulo, SP.
Carlos Vinicius Daumas Rocha	Escola de Circo Pequeno Tigre	Rio de Janeiro, RJ.
Juliana Lopes Silva	Rede de Pontão de Cultura de Nova Iguaçu	Rio de Janeiro, RJ.
Gaby Morenah Guimarães dos Santos	Ponto de Cultura Circo Voador	Rio de Janeiro, RJ.
Clarice Peluso de Araújo	Pontão de Cultura Casa da Gávea	Rio de Janeiro, RJ.
Cleise Campos da Costa	Ponto de Cultura Arte educação no Ponto/ ong. Semente'	Rio de Janeiro, RJ.
Maria Lucia da Silva		Osasco, SP.
Cristina Amélia Pereira de Carvalho	Pontão de UFPE/ Redes de Pontos	Recife, PE.
Geraldo Garippo	Geraldo Garippo- Orquestra Jovem de Suzano	Suzano, SP.
Ligia de Fátima Alves	Rede de Pontes de Cultura Diadema	Diadema, SP.
Célia de Fátima Pinheiro Morine	PIM Programa Integração pela Música	Vassouras, RJ.
Leonardo Damasceno de Sá	Aldeia Digital	Fortaleza, CE.
Francisco José Rodrigues Silva	Pontão de Cultura- Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura	Fortaleza, CE.
Francisco Adriano Costa Souza	Arte Sobre Rodas	Senador Pompeu, CE.
Francisco Eladson Martins Jucá	Sertão: Cinema Cidadão- Quixadá- Ceará	Quixadá, CE.
Lucas Vieira dos Santos	ONG ENCINE/ Pontão de Cultura Escolar Comunicação Educativa	Fortaleza, CE.
Thiago Gonzaga Lopes	Pontão Digital Projeto Ganesha	Florianópolis, SC.

9. AUDIOVISUAL

RELATOR: João Guilherme Jatobá.

COORDENADOR: Gerardo Damasceno. Ponto de Cultura Academia de Ciências e Artes.

APOIO: Manoel Correa. Produtor audiovisual da TEIA 2008.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Criação de um edital de fomento, específico para os Pontos de Cultura que contemple formação, produção e exibição audiovisual.
2. Criação de um banco de dados de metodologias de ensino e produção audiovisual, bem como a um catálogo com os conteúdos produzidos Pontos de Cultura para propiciar maior interatividade e trocas de tecnologias e saberes entre a Rede Audiovisual.
3. Articulação juntos as Redes Públicas de TV para a exibição remunerada das produções audiovisuais dos Pontos de Culturas.
4. Articular fontes de financiamento junto a instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais para a produção e difusão de conteúdos audiovisuais
5. Articular parcerias interinstitucionais com Secretarias, Ministérios e outras instituições públicas e privadas para a realização de projetos de produção e difusão de conteúdos audiovisuais.
6. Criação de um Festival audiovisual dos P. de Cultura, com premiação e a produção de uma coletânea com os filmes selecionados para distribuição entre os P. de Cultura e Cineclubes.



7. Reivindicação de um canal UHF em cada capital com programação produzida pelos Pontos de Cultura.

8. Mapeamento dos equipamentos de produção dos Pontos de Cultura para estimular a realização em parceria, reduzindo-se assim custos em geral.

PROPOSTAS GERAIS

1. Reivindicação pela eliminação da determinação do MinC que exclui a possibilidade dos P. de Cultura com convênio vigente de ser conveniado nos editais estaduais ou garantir a renovação destes.
2. Transformação do programa Cultura Viva em política de Estado.
3. Reformulação do programa Agente Cultura Viva.
4. Adoção do iteia como portal oficial dos Pontos de Cultura.
4. Criação da Ação do Audiovisual dentro do programa Cultura Viva a exemplo da Ação Griô e as similares.

REPRESENTANTE

José Geraldo Damasceno (CE)

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Ana Cristina Moreira dos Santos	Rede de Pontos MT/ Usina: Porto das Artes	Cuiabá, MT.
Alisson Couto Oliveira	Rede de Pontos de Cultura da Prefeitura de Aracaju	Aracaju, SE.
Lua Gabriel	Pontão Rede Amazônica de Protagonismo Juvenil	Belém, PA.
Alessandra Aparecida Silva	Rede Cidadania de Londrina- 11 Pontos de Cultura	Londrina, PR.
Vanderlei de Paula Gomes	De Olho na Cultura	Alvorada, RS.
Nelson Roberto Haas	Bonecos Canelça Cultura Viva	Camela, RS.
Paulo Sergio Medeiros Barbosa	Chibarro Mix Cultural	Pelotas, RS.
Marleide Lins Albuquerque	Rede Estadual de Pontos de Cultura- Piauí	Teresina, PI.
Idelzuita Rabelo da Paixão	Núcleo de Fusão do Médio Parnaíba	Amarante, PI.
Walter Carlos Mesquita	Papo Cabeça/ Viva Favela	Rio de Janeiro, RJ.
Sophia Cardoso Rocha	Secretaria de Cultura da Bahia	Salvador, BA.
Willian Bezerra Figueiredo	Laboratório de Béticos	São Paulo, SP.
Karinne Marcenes Junqueira Silveira	Laboratório de Vivências Colaborativas	Belo Horizonte, BH.
Renata Ferriera Ornelas	Centro de Convergência de Novas Mídias- Rede Lê	Belo Horizonte, BH.
Maria Alice de Oliveira Sousa	Ponto de Cultura Raízes Vivas	Teresina, PI.
Paula Renata Aparecida Gampe	Ponto de Cultura- Tradições Paraguias	Campo Grande, MS.
Luciano Soares	Violeiro e Baileiro da Alvorada	Nova Alvorada do Sul, MS.
Antonio Almeida e Silva	Arte e Cultura Cidadã	Ipirá, BA.
Josecilia Moreira Piauhy	Pontão de Cultura Aquiry	Rio Branco, AC.
Wertemberg Pereira Nunes	Aldeia TabokaGrande	Taquaruçu, TO.
Lídia A. Aguilar Leite	Moinho Cultural Sul Americano	Corumbá, MS.
Edson Rodrigues MARalini	UPE- Paraná	Curitiba, PR.
Maria do Carmo Fernandes	Revivendo as Artes Nordestinas	Teresina, PI.
Bernardo Novais da Mata Machado	Rede de Pontos da Prefeitura de BH	Belo Horizonte, MG.

10. GRUPOS DE TRABALHO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL, CULTURAS TRADICIONAIS E INDÍGENAS.

RELATOR: André Henrique Macedo Ferreira

MEDIADORA: Ana Paula Jones. Ponto de Cultura Cariri Xocó: Raízes da tradição, AL.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Grupo temático passa a ser: Grupo Temático de Culturas Populares, Comunidades e Povos Tradicionais, Povos Indígenas, Quilombolas, Ciganos e Patrimônios Material e Imaterial.

2. Realizar um seminário nacional do grupo para a discussão de conceitos e definições de políticas públicas concernentes aos grupo. São elas: Comunidades e Povos Tradicionais, Povos Indígenas, Quilombolas, Culturas Populares, Povos Ciganos, Patrimônio Material e Imaterial e segmentos afins que buscam serem reconhecidos nessa categoria. Garantir a presença de representantes do governo federal dos seguintes ministérios: MMA, MDS, CEPPIR, FUNAI, MDA, Secretaria Especial de direitos humanos, Secretaria nacional de juventude, MINC, SPPEC, Fundação Palmares, SID, IPHAN, Secretaria Especial da Mulher, Ministério do Turismo e qualquer outro que tenham ações diretas e transversais à essas temáticas e/ou povos e comunidades.

3. Formação de uma rede permanente de discussão virtual e presencial de pelo menos um encontro ao ano, além da TEIA, para que as comunidades com dificuldades de locomoção por morarem em comunidades distantes e sem infra-estrutura, possam se encontrar. Que o Minc e a iniciativa privada, através da lei Rouanet, garantam a infra-estrutura e logística desse encontro.

4. Efetivar a demarcação e a titulação dos territórios quilombolas e indígenas garantidos constitucionalmente, bem como, criar legislação específica com a finalidade de garantir o direito das outras comunidades tradicionais aos seus territórios ancestrais visando ao fortalecimento de seus saberes, fazeres e de suas práticas culturais ameaçadas pela expropriação de suas terras por proprietários particulares, grandes empresas e grupos religiosos.

5. Instituir uma política pública nacional em reconhecimento dos mestres populares, tradicionais e griôs como patrimônio vivo. Recebendo uma verba vitalícia para que propaguem seus saberes e fazeres nas escolas públicas municipais e estaduais. Como: as leis que já existem nos estados do Ceará e Pernambuco e também UNESCO (exemplos).



Charles Brait

PROPOSTAS GERAIS

1. Que o programa cultura viva se transforme numa política publica nacional do Estado brasileiro. Garantida por lei e por verba do orçamento da união.
2. Fortalecer a rede nacional dos pontos de cultura estruturando, dando visibilidade e condições de infra-estrutura e logística. E que os pontos sejam os proponentes do TEIA.
3. Garantir a formação e capacitação em gestão cultural para que se efetive o empoderamento e autonomia dos pontos de cultura, dos existentes e os que vierem a ser conveniados, principalmente as comunidades e povos tradicionais, culturas populares, ciganos, quilombolas e povos indígenas. Respeitando suas singularidades e especificidades.
Revisão, aperfeiçoamento da metodologia hoje utilizada para inventario (no que se refere ao decreto 3551 de patrimônio imaterial, possibilitando e facilitando que as comunidades sejam mais participativas nesse processo que devera ser continuado.
4. Garantir 2% do orçamento da união para cultura.

DELEGADOS PATRIMÔNIO MATERIAL

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Elizaniide Alves da Silva	Casa Txai – Documentação indígena	Rio Branco, AC.
Ana Brandão de Carvalho	Sala Memória de Porto Acre	Rio Branco, AC.
Marcos Antonio Pardim	Para Todos os Especiais	Itu, SP.
Lucia Giovanna Duarte de Melo	Viva o Museu	Areia, PB.
Leopoldo Guimarães	Caderno Brasil Musical	Curitiba, PR.
Rangel de Andrade Silva	Museu Vivo Giramundo	Belo Horizonte, MG.
Sâmara Sales de Oliveira	Imagens e Memória da História Acreana	Rio Branco, AC.

DELEGADOS PATRIMÔNIO IMATERIAL, CULTURAS TRADICIONAIS E POVOS INDÍGENAS

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Marcio Emilio Zago	Instituto de Arte e Cultura Garatuja	Atibaia, SP.
Nazareth Cândida de Freitas Gomides	Goiás Festeiro	Santo Antônio de Goiás, GO.
Nilda Simone O. de Siqueira Carneiro	Goiás Festeiro	Aparecida de Goiânia, GO.
Débora Eloísa Justino Rocha	Escola de Samba e Choro da Zona Leste	São Paulo, SP.
Lídia Paula Benedito de Farias	Gaapis Teens	Osasco, SP.
Lia de Camargo Ferreira	De Barro e Trança	Apiaí, SP.
Maria de Fátima da Silveira Santos	Centro de Referência do Jongo de Pinheiral	Pinheiral, RS.
Antonio do Nascimento Fernandes	Núcleo de Cultura Popular do Vele do Paraíba	Valença, RJ.
Nilcemar Nogueira	Centro Cultural Cartola	Rio de Janeiro, RJ.
Datan Izaká de Araújo Freitas	Projeto Humor na Escola – Água Branca	Teresina, PI.
Ana Lucia Coutinho	Loja de Artesanato Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras	São Francisco do Sul, SC.
Valdete da Silva Pinhanta	APIWTXA	Rio Branco, AC.
José de Lima Kaxinawá	Centro de Formação de realizadores Indígenas de Audiovisual	Tarauacá, AC.
Deusimar Dutra da Silva	Joga Capoeira Camarada	Rio Branco, AC.
Lélia Almeida Maduro	Cultura Ribeirinha	Santaré, PA.
Luiza de Marillac Ferreira da Rocha	Fundação Curro Velho	Belém, PA.
Gilzete Moreira do Nascimento	CEFET-BA	Salvador, BA.
Marcos Antonio Gomes de Carvalho	Conexão Felipe Camarão	Natal, RN.
Maria Almeida Santos	Núcleo de Cultura e Educação dos Povos do Mar / Centro Cultural São Sebastião Tem Alma	São Sebastião, SP.
Rita Maria Josefina dos Santos	Centro Cultural Zilah Spósito	Belo Horizonte, MG.
José Lourenço da Silva	Estrela de Ouro	Aliança, PE.
Alexandre Manoel Carvalho de Souza Nogueira	Veredas – “Nossos Patrimônios Vivos”	Olinda, PE.
Seronildo Guerra da Silva	Veredas – “Nossos Patrimônios Vivos”	Olinda, PE.

11. RÁDIOS COMUNITÁRIAS

RELATOR: Guilherme Menezes Cobelo e Oliveira.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Elaboração de uma carta-manifesto assinada pelos pontos de cultura para ser enviada ao ministro Hélio Costa que contemple, entre outras questões, o fato de os editais preverem que cada ponto se torne uma rádio e uma tv comunitária.
2. Cobrar uma postura do Ministério da Cultura em relação a compra de materiais para as rádios comunitárias.
3. Buscar mecanismos que fomentem a criação de rádios comunitárias nos pontos de cultura.
4. Cobrar uma maior articulação entre o Ministério da Cultura e o Ministério das Telecomunicações na agilização do reconhecimento das rádios comunitárias.
5. Criar uma rede de comunicação comunitária e garantir a implementação de banda larga para os pontos de cultura.



PROPOSTAS GERAIS

1. Necessidade de maior tempo e melhor estrutura para as reuniões e debates dos GT's.
2. Maior clareza e divulgação dos critérios de seleção artística.
3. Desburocratização da prestação de contas.
4. Garantir continuidade aos pontos de cultura após a renovação dos convênios.

DELEGADOS RÁDIO COMUNITÁRIA

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Antonio de Pádua Rodríguez de Sousa	Artes Desenvolvimento	Piripiri, PI.
Fidelis Paixão	Com Vida Ponto de Cultura	Rondon do Pará, PA.
Fátima Cândida Sacramento	Mídia Comunitária	Queimados, RJ.
Fernanda de Freitas	Rádio Comunitária Maluco Beleza	Campinas, SP.
Marcelo Silveim de Carvalho	Núcleo Barreto- Oficina Comunicação Comunitária	Niterói, RJ.
Joao Roberto Arcalá	Balcão de Artes e Cultura Viva	Santa Fé do Sul, RS.
Sonia Maria Arabispo	Rádio Carufa	Contagem, MG.
Vinicius André Diniz Moreira	Ponto Cultural e Ambiental da Serra do Cipó	Santana do Riacho, MG.
Eduardo Mandel Monteiro da Silva	Associação Comunitária Campestre FM	Campestre, AL.
Renato Carlos Libanio	A Margem de Sapa Cultural Heliopolis	São Paulo, SP.
Marcilene Damazio de Almeida	Com Vida	Rondon do Pará, PA.
Wilton Fernandes Guimarães	Arte para Todos	MG.



12. HIP-HOP

RELATORA: Clara Ramthum do Amaral

MEDIADORA: Otizete, representante da Comissão Nacional do Ministério da Cultura.

PROPOSTAS GERAIS

1. Implementação de políticas públicas e editais específicos para o Hip-Hop, visando:
2. A divulgação e difusão do Hip-Hop de Raiz. (fortalecimento das mídias oriundas do próprio Hip-Hop).
3. Fomentar ações de Hip-Hop em Entidades de Ensino. (Escola, Universidade...).
4. A criação de Centros de Referências da Cultura Hip-Hop.
5. Fomentar um Circuito de Hip-Hop, em nível nacional, com ações acontecendo simultaneamente em todos os estados. Através da criação de um calendário nacional.
6. Facilitação do processo de legalização das Rádios Comunitárias que comprovem real impacto cultural, educacional e social nas comunidades do país.



PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Fortalecer os grupos de trabalho e Pontos de Cultura por características, através de incentivos e subsídios para os Encontros Estaduais e Nacionais.
2. Mapear o Pontos de Cultura de Hip-Hop ou ligados a ele.
3. Ciclo de Capacitação e Formação para profissionais ligados a Cultura Hip Hop.
4. Criar um acervo nacional de Hip-Hop.
5. Criar um mecanismo para realizar uma troca dos produtos artísticos que são realizados nos pontos.

REPRESENTANTE

Renato de Souza Santana – A Cultura Hip Hop Construindo a Cidadania Juvenil. Diadema, SP.

SUPLENTE

Francislei Henrique – Grupo Cultural NUC. Belo horizonte, MG.



DELEGADOS DO GRUPO DE TRABALHO HIP HOP

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Fabio Lopes de Sales	Movimento Hip Hop Organizado do Brasil MH2O	Guarulhos, SP.
Gilmar Del Barco Junior	Eremim 100 Fronteiras	Osasco, SP.
Eduardo Pedrosa	Espaço Cultural Vila São Rafael	Guarulhos, SP.
Marcus Vinicius de Aquino Santana	Centro Interativo de Circo (CIC)	Rio de Janeiro, RJ.
Jadson Willian Silva Brum	Fome de Livro Na Quebrada	Porto Alegre, RS.
Cristiano Rodrigues Ganga	Estúdio Livre	Contagem, MG.
Renato de Souza Santana	A Cultura Hip Hop Construindo a Cidadania Juvenil (Casa do H2)	Diadema, SP.
Osvaldo Neres Negro	Jardim Rosa de França	Guarulhos, SP.
Gilson Magno Santos Pinto	Centro de Referência da Cultura Hip Hop / Fome de Livro Na Quebrada	Teresina, PI.

13. ECONOMIA SOLIDÁRIA

RELATORA: Luísa Cardoso Guedes de Souza.

MEDIADORA: Darlene Barboza – Ponto de Cultura Vivenciando Cultura, PR.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Criação de centros de referência da economia solidária na cultura.
2. Proposição de lei municipal para a economia solidária na cultura.
3. Estímulo a disponibilização de recursos por meio de editais para formação e capacitação em economia solidária nos pontos de cultura.
4. Criação de edital de fomento para feiras culturais e de economia solidária.

PROPOSTAS GERAIS

1. O regimento interno deve ser válido por dois anos, construído por todos os pontos de cultura e disponibilizado no site do Cultura Viva. Definição dos critérios de escolha dos representantes e de sua quantidade na CNPC para composição da mesa de debates.

REPRESENTANTE

Marli Cuesta – Ponto de Cultura Vitória Régia, RS.

SUPLENTE

Cristiano Silva – Ponto de Cultura Ponte Alta, SP.



NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Cristina Aparecida da Silva	Ponte Alta – Guarulhos – SP	Guarulhos, SP.
Norma Sueli dos Santos	Lira de Ouro / Arte, cultura e cidadania	Duque de Caxias, RJ.
Joana Pereira da Silva Araújo	Raízes Vivas	Teresina, PI.
Viviane Andrade Costa	Cine Teatro Solar Boa Vista	Salvador, BA.
Liliane Santana Oliveira	Revitalização da Cultura Popular Sertaneja	Valente, BA.
Rosilda de M. Montarroios	Africontinental	Guarulhos, SP.
Marly Cuesta Telles de Conti	Voluntários Vitória-Régia	Porto Alegre, RS.
Leandro Artur Anton	Casa do Cristal Quilombo do Sopapo	Porto Alegre, RS.
Maria Alice Garcia dos Santos	Ponto de encontro com a Cultura Gaúcha	Caçapava do Sul, RS.
Sunia Terra de Moura	CEPECAC NABI	Olinda, PE.
Raimunda Silva de Oliveira	Os Tambores do Maranhão	São Luís, MA.
Maria de Fátima da Silva	Semente do Umarí – Percussão e Adereços	Marituba, PA.
Crispim Lemos Wanderley	Semente do Umarí – Percussão e Adereços	Marituba, PA.

14. GRUPO DE TRABALHO ARTES CÊNICAS

RELATOR: Ramon Ribeiro Barroncas.

COORDENADORA: Laura Pederzolli Cavalheiro – Cooperativa Brasiliense de Teatro. Brasília, DF.

PROPOSTAS GERAIS

1. Presença dos Pontos de Cultura na Comissão de discussão e análise dos novos editais para Pontos de Cultura na parceria entre Governo Federal, Estadual e Municipal.
2. Garantia da renovação dos projetos dos pontos de cultura, existentes e atuantes.
3. Criar uma lei própria par reger os pontos de cultura.
4. Mudança na atual forma de repasse de verbas e prestação de contas. sugestão: relatório de resultados ao invés da prestação de contas financeira.
5. Estabelecimento de uma política de parceria entre os pontos de cultura e a funarte com prestação de assessoria técnica, cessão de espaço e empréstimo ou doação de equipamentos – kit artes cênicas.



Nara Oliveira

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Fortalecer a infra-estrutura física dos pontos de cultura com acervo, equipamentos, espaço estruturado, divulgação, projetos de formação de público, intercâmbio entre as propostas pedagógicas de artes cênicas dos pontos na modalidade ponto de difusão de artes cênicas.
2. Criar mecanismos para fomentar uma mostra nacional anual de pontos de cultura das artes cênicas.
3. Criação de um fórum virtual dos pontos de cultura de artes cênicas. Constituição de uma comissão para criação e gerenciamento.
4. Inserir as artes cênicas produzidas nos pontos de cultura como política transversal na relação com os programas de ministérios que tem ações em educação e atividades sócio- culturais.
5. Fortalecer a troca presencial através da criação de edital de circulação e intercâmbio entre os pontos de cultura de artes cênicas. “mambembão dos pontos”

REPRESENTANTE

Laura Pederzolli Cavalheiro – Cooperativa Brasiliense de Teatro. Brasília, DF.

SUPLENTE

Adriano Paez Maurez – Pombas Urbanas / Galpão Arte em Construção. São Miguel, SP.

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Bruno Mendonça Alves	Cuca/ UNE- DF	Brasília, DF.
Joelma Costa	ASFACI- Núcleo Campinas	Campinas, SP.
Fabio Viana da Cruz	Casa das Artes Ilê Aió	Salvador, BA.
Antonia Karla Bezerra Gomes	Cultura é para todos	Crateús, CE.
Luiz Oliveira de Santana	Capoeira Cidadã Arte e Cultura	Araci, BA.
Fernanda Hermes	Resgate e Conhecimento da Cultura Camponesa	Maringá, PR.
Charlie Trelles Severo	Ocupação Teatral na Vila Santa Rosa	Porto Alegre, RS.
Viviane Maria Maltauro	Anima Bonecos	Rio do Sul, SC.
Jorge Orlando Moreno Valenzuela	A Bruxa tá Solta	Boa Vista, RR.
Sergio da Silva de Barros	Centro de Formação e Reflexão Teatral	Diadema, SP.
Robson Vieira dos Anjos	Projeto Crê Ser	Santa Maria da Vitória, BA.
Antonio Marques Araújo da Silva	Arte Viva	Salvador, BA.
Lindemberg da Silva Bezerra	Semearte	Janduis, RN.
Antonio Cláudio Ribeiro Oliveira	Galpão da Arte	Feira de Santana, BA.
Suzana Vieira	TRUPP do CAIC	Contagem, MG.
Fábio de Souza	Arte Viva	Santa Cruz, RN.
Vera Lucia Lucena Ribeiro da Costa	COEPI- Comunidade Educacional de Pirenópolis	Pirenópolis, GO.
Hélio Junior Rocha de Lima	A Arte Transformando Vidas	Natal, RN.
Cíntia Raquel Badaró	Roda Viva/ Rede Contagem Cultura Viva	Contagem, MG.
Francisco Ernandes de Oliveira	Arte para Todos	Cajazeiras, PB.
Romênio César Leito Coelho	Grupo Folclórico Aruanda	Belo Horizonte, MG.
Pauline Santos Leite	Atuar	Vitória da Conquista, BA.
Tommy Ferrarri Della Pietra	Movimento Bexigão	São Paulo, SP.
Larissa Biasoli Alves	Boa Companhia	São Paulo, SP.

Fabrcio Batista Borges	Casa das Fases- Ncleo de Arte e Histria	Londrina, PR.
José Francisco de Assis Santos Silva	Cine Teatro Solar Boa Vista	Salvador, BA.
Edenil Maria da Silva		Várzea Grande, MT.
Adriano Paes Mauriz	Galpão Arte em Construção/ Pombas Urbanas	São Paulo, SP.
Hugo Burg Cacilhas	Espaço Cultural Semente- Pesquisa e Cultura	Campinas, SP.
Jorge Luiz Fantini	Ponto de Cultura Sia Santa	Campinas, SP.
Ana Claudia de Jesus Santos	Instituto Arte no Dique	Santos, SP,
Luiz Carlos de Menezes	Circo Inclusão Cultural	São Paulo, SP.
Beatriz de Aguiar	CIM- Santa Emília	Guarulhos, SP.
Joaquim Rodrigues da Costa	Companhia de Teatro Amadeus/ Caravana da Alegria 2ª etapa	Foz do Iguaçu, PR.
José Augusto Lima	Commune- Proj. Teatro Cidadão	São Paulo, SP,
Carolina Di Deus	Teatro Barracão	Rio Branco, AC.
Paula Adriana Vital dos Reis	Dança Viva	Ribeirão Preto, SP.
Marcel Julian Arruda e Silva	Nos Trilhos do Teatro	Teresina, PI.
Alessen Fernando Pereira Rocha	Resgate Culturas das Raízes Nordestinas	Floriano, PI.

15. GRUPOS ESCOLA VIVA E CRIANÇA E ADOLESCENTE

RELATORA: Iris Marques Fonseca

MEDIADOR: Lucimar Weil –Ponto de cultura Pé na Tábua, AM.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

GRUPO DE TRABALHO CRIANÇA E ADOLESCENTE

1. Criação de editais para mapeamento de músicas, brinquedos, brincadeira e histórias tradicionais da cultura infantil, garantindo publicações e ações de formação e disseminação desse repertório.
2. Fomentos que garantam a criação de espaços de natureza em locais públicos para o “exercício do brincar”.
3. Garantir acesso gratuito às crianças e adolescentes de escolas públicas aos equipamentos culturais e pontos de cultura, através de “vale cultura” e verbas destinadas às escolas para saídas culturais.
4. Que o representante do GT paute no CONANDA a importância dos pontos de cultura para crianças e adolescentes.
5. Participação dos pontos de cultura nas conferências municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente.

GRUPO DE TRABALHO ESCOLA VIVA

1. Os pontos de cultura ficam obrigados a realizar, no mínimo, três apresentações oficinas, exposições, de acordo com a atuação de cada ponto nas escolas públicas, com apresentações de Pontos de Cultura na escola (Edital para grupos artísticos se apresentarem nas escolas);
2. Criação de um seminário de articulação entre escolas e pontos de cultura.
3. Criação de cursos de formação (oferecidos pelo Ministério da Cultura) para professores que queiram trabalhar como agente cultural.
4. Criação/ lançamento de Edital para Pontos de Cultura que trabalhem com escolas.
5. Editais voltados para escolas que desenvolvem projetos culturais.

PROPOSTAS GERAIS

1. Os Estados e municípios que aderirem ao Sistema Nacional de Cultura realize editais de Pontos de Cultura nos seus âmbitos.
2. O Fórum deve propor uma noção de apoio ao Fórum infanto-juvenil de cultura na teia
3. Criação de Ponto de Cultura com oficinas pedagógicas de prosa, poesia e teatro.
4. Designação de um grupo ou uma comissão de Pontos de Cultura que atuam como Escola Viva para encaminhar discussões da relação educação e cultura com representantes dos Ministérios da Educação e da Cultura, e das suas respectivas Secretarias.



REPRESENTANTES

GRUPO DE TRABALHO CRIANÇA E ADOLESCENTE

TÍTULAR

Lucilene Ferreira da Silva. Ponto de Cultura OCA- Escola Cultural. Carapicuíba, SP.

SUPLENTE

Álvaro Fernando Ferreira de Souza. Ponto de Cultura Cidade Jardim Cumbica. Guarulhos, SP.

GRUPO DE TRABALHO ESCOLA VIVA

TÍTULAR

Camila Rodrigues Leite. Ponto de Cultura Instituto de Arte Tear. Rio de Janeiro, RJ.

SUPLENTE

Lucimar Ribeiro Moreira. Ponto de Cultura Criarte (Contagem Cultura Viva). Contagem, MG.

DELEGADOS GRUPO DE TRABALHO CRIANÇA E ADOLESCENTE

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Lucilene Ferriera da Silva	OCA- Escola Cultural	Carapicuíba, SP.
Marlene Maria da Silva Bispo	Associação das Mães do Jardim Veloso	Osasco, SP.
Cícero Sergio de Oliveira	Cidade Jardim Cumbica	Guarulhos, SP.
Álvaro Fernando Ferreira de Souza	Culturativa Ong. Camará	São Vicente, SP.
Camila Rodrigues Leite	Instituto de Arte Tear	Rio de Janeiro, RJ.
Maria Helena Pires de Santana Jorge	Ponto de Cultura de Todos Nos	Andradina, SP.
Renata Leandro Boniol	Bailando Na Cidade- Rede de P.C. de Diadema	Diadema, SP.
Lucimar Ribeiro Moreira	Criarte (Contagem Cultura Viva)	Contagem, MG.
Stefio Vieira Vicente	Casa do Menor São Miguel Arcanjo	Nova Iguaçu, RJ.
João Evangelista Batista	Cultura de Ponta no Ponto de Cultura	Guaiúba, CE.
Liudmila Emilian Del Carmen Diaz da Silva	Banquete Literario	Cuiaba, MT.

DELEGADOS GRUPO DE TRABALHO ESCOLA VIVA

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Sandra de Medeiros Santos	Culturarte	
Cíntia Marina do Amaral Morreira	Integração Cultura Juventude Sociedade	Rio de Janeiro, RJ.
Gustavo Ribeiro Sanchez	Museu da Pessoa	São Paulo, SP.
Marcos Aurélio O. de Almeida	Espaço do Ser	João Pessoa, PB.
Adriana Aparecida Niehues	Uma Ilha se Olha	Florianópolis, SC.
Antonio da Costa Leal	Centro de Cultura da Vila de Ponta Negra	Natal, RN.
Amarantino Jesus de Oliveira	Caixa de Luzes- Projeto Hortolândia	Hortolândia, SP.
Marília Vieira Soares	A Era do Tao	Campinas, SP.
Romeu Sabará da Silva	Oficinas Pedagógicas de Prosa, Poesia e Teatro	MG.

16. LITERATURA

RELATOR: Hugo Cançado Braga

MEDIADORA: Denísia Martins – Pontão de Cultura da UFMG.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Apoiar grupos de trabalho ligados à Poesia (Lírico), desmistificando-a na contemporaneidade através de contato direto com autores e críticos, para integra-la às mais diversas comunidades brasileiras.
2. Incentivar a formação consciente de Contadores de Histórias que à partir da junção entre a Literatura dita clássica e a oralidade possam estimular seus leitores-ouvintes a desenvolverem-se.
3. Possibilitar um intercâmbio literário intra-regional de obras e autores através da intervenção nas políticas públicas de distribuição.
4. Considerar que existe na atualidade um Sistema Literário quem envolve uma tríade: autor, leitor e obra em si, ligada direta ou indiretamente à questões de formação, recepção, divulgação, projetos gráficos, direitos autorais, disponibilidade e demais aspectos da indústria cultural.
5. Reavaliar as metodologias, ou processos formativos de leitores literários com a ajuda dos Pontos de Leitura ligados aos Pontos de Cultura.

PROPOSTAS GERAIS

1. Que as políticas públicas de Literatura sejam transversais aos demais campos de produção artística.
2. Para a criação um Cadastro Nacional de Bibliotecas com um banco de dados digital e de fácil acesso.
3. Para integrar de modo sistêmico as bibliotecas públicas e comunitárias
4. Para a continuidade do investimento no Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e sua implantação efetiva na integração entre MinC e MEC.
5. Para a consulta à participação da sociedade civil na decisão de políticas públicas ligadas a cultura como princípio democrático de uma política do Estado brasileiro.

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Otávio José Leonardo	Associação Centro Auxiliar de Pesquisas Culturais (CENAPAC)	Campinas, SP.
Eduardo Jacinto Soares	Cultura Viva	São Paulo, SP.
João Luiz Guerreiro Mendes	Ação da cidadania	Rio de Janeiro, RJ.
Juliana Freitas Guimarães	Arte educando	Ituiutaba, MG.
Wagner Coriolano de Abreu	Ponto de cultura de São Leopoldo	São Leopoldo, RS.
Rita de Amorim	Estação Digital Dona Peninha	Belo Horizonte, MG.
Eduardo Ramos	Centro cultural Pampulha	Belo Horizonte, MG.
Rogério Barata	Centro de cultura Luiz Freire – ponto de cultura quartas literárias	Olinda, PE.
Karla Roque Maia da Silva	Casa da Leitura da Gameleira	Rio Branco, AC.



17. MÚSICA

RELATORA: Carla Araújo Coelho

MEDIADOR: Márcio Belo dos Santos – Representante CNPC.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Lançamento de editais específicos para o intercâmbio entre Pontos de Cultura trabalhando com música.
2. Garantir, via lei, que os alunos participantes dos Pontos de Cultura recebam vale transporte e alimentação durante as atividades.
3. Criação de um edital para a implantação de pontinhos de música através do programa escola viva.
4. Criação de um fundo para a aquisição de equipamentos, instrumentos musicais de diversos gêneros (orquestra, bandas de percussão, bandas convencionais, etc.), e insumos, através de editais para os Pontos de Cultura.
5. Criação, pelo MinC, de campanha de informação sobre a legislação autoral brasileira, permitindo que os Pontos de Cultura participem nas discussões para o aperfeiçoamento dessas legislações de maneira qualificada.

NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Fernando César do Prado Sobral	Novas ondas da Maré	Rio de Janeiro, RJ.
Cleide Nascimento de Almeida	Dama da Camélia	Rio de Janeiro, RJ.
Maria de Fátima Monteiro Menezes	Encantando a Vida	Maceió, AL.
Rita Roseli Villani	Coral de 100 Vozes	Cristalina, GO.

Nara Oliveira



PROPOSTAS GERAIS

1. Manutenção do conveniamento do MinC diretamente com a sociedade civil, dentro da Cultura Viva, independentemente do conveniamento através dos estados e municípios.
2. Que o ministério garanta, nos próximos editais, a participação da sociedade civil de forma paritária na distribuição dos Pontos de Cultura em cada estado; criando uma comissão de seleção onde tenha assento a representação do governo do estado, do MinC, do conselho estadual de cultura e da Comissão Estadual dos Pontos de Cultura.

REPRESENTANTES

Ezequiel dos Santos – Ponto de Cultura Expressão Sertaneja, BA.
Ana Paula – P. C. Orquestra infanto-juvenil de Boa Vista, RR.

Antão Divino Arbués Nery	Núcleo Baé – Centro de Apoio e Integração dos Grupos Cult. e Etnia Regional	Barra do Garças, MT.
Denílson Machado	Projeto Ganescha	Florianópolis, SC.
Carlos A. dos Santos	Se essa mídia fosse minha	Florianópolis, SC.
Ana Paula Silva Oliveira	Orquestra Sinfônica Infanto-juvenil de Boa Vista	Boa Vista, RR.
Zélia Pereira Gomes Amorim	Cesta Básica Cultural Regional	Barra Mansa, RJ.
Sheila Moyzés dos Santos	Associação do Movimento de Compositores	Rio de Janeiro, RJ.
Angélica Rodrigues de Oliveira	Cultura Viva na Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitória, BA.
Gilson Brito Montalvão	Oficina dos Sonhos: tradição e cultura no semi-árido	Cocos, BA.
Denúbio Gomes da Silva	Pau e Lata	Natal, RN.
Setsuo Kinoshita	Taiko Ecos da Alma	São Paulo, SP.
Silvana Moura do Moraes	Revitalização da Casa da Música	Diadema, SP.
Sirley Morello Cella	Orquestra dos Acordeões Santa Tereza	Santa Tereza, SP.
Celso Ferreira de Souza	Encontro Cultural Jovem Cidadão	Jaboatão, PE.
Leri Faria Junior	A Fábrica – Belo Horizonte	Belo Horizonte, MG.
Leila Alves Maranhão	Alecrim Dourado	Natal, RN.
Ezequiel dos Santos Santiago	Expressão Sertaneja	Santa Luz, BA.
Elisabete Pereira	Música Ativa	Contagem, MG.
Raimundo Nonato Batista Filho	Folia Cidadã	João Pessoa, PB.
Rafael Moreira Vanazzi de Souza	Centro Cultura Louis B.Malle de Campinas / Cinema Falado	Campinas, SP.
Christiani Lafayette dos Santos	Nós na Pauta / Projeto Hortolândia	Hortolândia, SP.
Uipapuru / Musicalização	João Carlos de Oliveira	Guarulhos, SP.
Joice Durello	Arte por toda parte	Hortolândia, SP.
Renato Rodrigues	Eremim sem fronteiras	São Paulo, SP.

10. CULTURA DIGITAL

RELATORA: Naiara Leão Alves Inácio

MEDIADOR: Uirá Porã. Ponto de Cultura Ação Cidadania.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Criação de marco regulatório para o Programa Cultura Viva garantindo a continuidade do programa e suas ações enquanto Política de Estado.
2. Realização de cursos e oficinas em gestão de projetos para pontos e gestores do Ministério da Cultura, a fim de garantir a melhor utilização do dinheiro público e diminuição dos problemas de conveniamento nos Pontos de Cultura.
3. Garantir a contratação de servidores públicos para acompanhamento dos Pontos de Cultura, respeitando uma proporção mínima de 1 gestor para cada 20 projetos.
4. Criação de uma Rede de Serviços entre os pontos para garantir a sustentabilidade dos projetos e instituições.
5. Pressionar pela efetivação da política de utilização de software livre na Secretaria de Programas e Projetos Culturais, no Ministério da Cultura e em todas as esferas do Governo, assim como é no Programa Cultura Viva.

PROPOSTAS GENÉRICAS

1. Garantir políticas públicas de desenvolvimento da Cultura Digital e das Tecnologias Livres.
2. Garantir apoio financeiro adicional aos pontos de cultura que trabalham com Cultura Digital, através premiações, intercâmbios e editais específicos, assim como fomentar a Geração de Trabalho e renda e de novas formas de negócios na área da Cultura Digital, a exemplo da Economia Solidária.
3. Garantir acesso público à internet através banda larga EFETIVA (no mínimo 1MB/s) à toda a população e aos pontos de Cultura assim como a criação da Rede Nacional dos Pontos de Cultura, para garantir acesso à informação, comunicação e educação à distância.
4. Mapear e avaliar a abrangência e atuação em ambiente de acesso público, assim como garantir a realização de encontros de pontos e pontos de Cultura Digital.
5. Propor a retirada da Lei Azeredo e fomentar a discussão de regulação na internet e de direitos e deveres, assim como Garantir e Estimular a participação dos pontos de Cultura no Fórum do Direito Autoral.
6. Fomentar a utilização e criação de ambientes públicos de armazenamento e troca de conteúdos.



NOME	PONTO DE CULTURA	LOCAL
Ronaldo Lima do Nascimento	Lado Leste Cultura SP	São Paulo, SP.
Ricardo A. G. Oziupins	TiVi no Morro	Sabarará, MG.
Ricardo Alexandre Pontes	ACADEC – Ninho das Artes	Campinas, SP.
Maria Sheyla Gouveia Barbosa	Arte e sustento / Tecnologia no Vale do Ribeira	Apiaí, SP.
Moisés Tialeschi de Melo	CISANE – Artes Gráficas	Nova Iguaçu, RS.
Denise Bogéa Soares	Cerâmica do Maranhão – São Luís	São Luís, MA.
Marli Souza Rodrigues	Centro de Cultura em Desenvolvimento Ecológico	
William Ferreira da Silva	Memórias do Olhar	São Paulo, SP.
Felipe Santos da Silva	Pontão de Cultura Digital Minuano	Porto Alegre, RS.
Francisco de Jesus Cunha	Espaço cultural Preta Mão-de-onça	Valença, RJ.
Clepson de Oliveira Brito	Casarão de Ofícios	Pendências, RN.
Maria José Rodrigues	Ponto de cultura São Bernardo / Rede de Pontos FMC/BH	Belo Horizonte, MG.
Maíra Lima Brandão	Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Livres.	Recife, PE.
Marluce Cavalcanti Barbosa	Jardim Angélica I	Guarulhos, SP.
Erivelton Matos de Araújo	Arraial do Saber	Belém, PA.
Bruno Emiliano Campolina de Araújo	Cordão cultural por Milho Verde	Milho Verde/Serro, MG.
Daniel Marostegan e Carneiro	Pontão Nós Digitais	São Carlos, SP.
Roque Gonzalez Menonet	Patrimônio imaterial e Geração de Bena	Parati, RJ.

19. AÇÃO GRIÔ

RELATORES: Miguel Elói de Carvalho Júnior e Marciele Santos

MEDIADOR: Márcio Griô

Tendo como principais objetivos a construção de conteúdos para elaboração de um Projeto de Lei; redigir uma carta a ser encaminhada ao Presidente da República; formar uma Comissão Nacional dos Griôs e reconhecer o papel político e social dos Mestres Griôs na forma de direitos para os Mestres; Márcio Griô deu início aos trabalhos do Grupo Ação Griô com aproximadamente 110 participantes.

Para Encerrar o Grupo de Trabalho, Márcio Griô comunica que as propostas ditas e escritas durante este Grupo de Trabalho serão utilizadas na produção de uma carta que será lida na manhã de sexta-feira, antes da plenária final. Depois houve uma votação que referendou os Mestres Griôs citados e mais Mestre Silvério e Mestra Dolci como os membros da Comissão para a discussão de uma Lei Griô junto aos outros Pontos de Cultura.



Nara Oliveira

CARTA AÇÃO GRIÔ NACIONAL

Querido Presidente Lula

A gente quer falar com você de brasileiro para brasileiro, de semeador para semeador. Como disse Mestre Marquinho, mestre capoeira de São Paulo, muita escrita não traz a emoção que a oralidade tem, mas a gente quer falar, nessa carta, com a arte da tradição oral para trazer essa emoção.

Esta carta brotou de um grupo de festa e trabalho da Rede da Ação Griô Nacional durante a TEIA 2008, em Brasília, entre 12 e 16 de novembro, dele participaram a Rede das Culturas Populares, Federação do Congado Mineiro, Rede Memórias do Jongo, Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro, Brasil Memórias em Rede, Redes de Tradições Marajoaras, folias de São Sebastião e Ladainhas, Rede de Capoeiras, de Parteiras, de país e Mães-de-Santo, de Erveiras, de Jongueiros, Cacuriás, Carimbós, Reizeiros, Cantadores, Tocadores, Contadores de Histórias, Cirandeiros, Maracatus, Cocos, Cavalo Marinho, Artistas de Circo, Teatro de Rua, Teatro de Bonecos, Mamulengueiros, Catireiros, Candomblé, Patorins, Repentistas, Indígenas, Artesãos, Tradições Juninas... muita gente de uma erudição específica, como falou a griô aprendiz Lívia Castro da Bahia, é gente de sabedoria que não se encontra nem será substituída pelos livros de papéis, mas nos livros sempre novos que não precisamos folhear, mas escutar e viver. Gente participante e parceira da rede de pontos de cultura, do programa Cultura Viva (da Secretaria de Programas e Projetos Culturais - Ministério da Cultura).

Neste grupo de festa e trabalho da Ação Griô Nacional utilizamos a pedagogia griô, um jeito de dialogar, de prostrar igual a uma oficina de Mestre Dirceu, congadeiro lá de Minas Gerais. Ele conta que pega umas contazinhas que dá num pé verdinho chamado saboneteira, e vai descascando e imaginando aquelas frutinhas e vai emendando uma por uma, uma por uma, até formar uma corrente de rosário, e cada continha passa a ter um significado. Então a gente foi juntando a prosa de dois em dois, de três em três, de cinco em cinco, até formar a prosa da grande roda, formar a corrente do rosário e da gente cheia de significado. Então essa carta lembra uma corrente de rosário feita por continhas, lembra também uma colcha de retalhos que costura as falas de 80 representantes diretos de mais de 1400 grupos culturais, comunidades e povos tradicionais e de 600 organizações de todos os estados e regiões do nosso país. Esse povo que quer falar com você sobre a criação de leis, programas e projetos de reconhecimento e incentivo à construção de nosso lugar político-cultural, educativo e econômico na sociedade brasileira para o fortalecimento da identidade e ancestralidade de nosso povo.

A gente quer saber o que a gente sabe, a gente quer sair do anonimato diante do Estado. Com o nome de griô, de mestre do saber, de griô aprendiz, de mestre do mundo, de comunidade ou povo tradicional, de tesouro vivo, de patrimônio imaterial e cultural. São muitos nomes. A gente quer e vem saindo do anonimato e, nessa carta, a gente quer marcar na história do Brasil, a história de uma caminhada em uma longa estrada. Como fala Mestre Alcides, de capoeira de São Paulo, essa estrada que não começou agora, a estrada é quem criou a gente, a gente tem 30 anos de capoeira, 50 anos de repentista, 70 anos de parteira, muito mais de 500 anos de oralidade construída, e é com essa estrada que a gente tem que criar as leis e programas federais.

A gente vem estudando as leis estaduais (leis dos estados da Paraíba, Alagoas, da Bahia, do Ceará e do Pernambuco), editais federais (Ação Griô, Prêmio de Culturas Populares, Programa Mestre do Mundo, dentre outros), programas nacionais e estaduais que estão propondo políticas, algumas para a gente, outras, com e entre a gente. Como conversaram o Manzatti, coordenador do Forum de Culturas Populares Márcio Griô e Líllian Pacheco, coordenadores do Grãos de Luz e Griô e da Ação Griô Nacional, aprendizes, educadores, pesquisadores e militantes da cultura, as leis e programas têm no geral três mecanismos realizados através de editais. Cada mecanismo cria desafios para a gente pensar e reinventar caminhos e políticas:

Mecanismo 1 - o reconhecimento do estado através da concessão de um título, o que facilita a saída do anonimato.

A gente é selecionado pela vivência longínqua em um saber específico, pelo reconhecimento da comunidade e seu entorno, incluindo em alguns casos a parceria com a escola e ongs. E por projetos apresentados. O primeiro desafio é o conflito entre oralidade e escrita na apresentação do projeto, existem editais que cuidam da oralidade na forma de apresentação, através de gravações; outros editais responsabilizam as Ongs, os aprendizes e as escolas da comunidade pela formalização dos projetos e documentos buscando criar redes sociais de base; e outros apóiam os fazedores de cultura a escrever os projetos e se apropriar aos poucos da linguagem. O segundo desafio vivido aqui é o nome que se dá a este título, porque cada canto do país tem uma tradição, uma linguagem, e línguas diferentes. E o terceiro desafio é quem seleciona, quem faz parte das bancas avaliadoras, quem vivência e cria conceito ou pré-conceito para avaliar as tradições do Brasil.

Mecanismo 2 - depois do título vem o incentivo financeiro, ou salário vitalício, ou bolsa de incentivo – no valor médio de um salário mínimo

Um valor que é mínimo, mas que tem grande resultado na qualidade de vida porque prioriza pessoas que vivem na pobreza em comunidades que têm carência na saúde, educação, meios de comunicação, fruto da desigualdade social e da superconcentração de renda. O primeiro desafio aqui é que essa bolsa não pode se configurar como uma aposentadoria, ela precisa animar o fazedor de cultura em uma rede de transmissão oral, em uma família, em uma política de educação e cultura, e alguns editais têm buscado isso. O segundo desafio é bem representado na fala Cristiano Ávila, representante de Manaus “se num tem barro, como o mestre vai continuar a fazer e ensinar a fazer a panela de barro?”. Então a bolsa ou salário vitalício não podem mesmo ser uma política desintegrada.

Mecanismo 3 – depois do título e do incentivo financeiro, vem a contrapartida do acordo que é a passagem de conhecimento às pessoas da comunidade.

O maior desafio aqui é o cuidado com o processo de passagem de conhecimento tradicional para não torná-lo algo formal, onde o fazedor de cultura é responsabilizado a trabalhar de uma forma sistematizada que pode contradizer com os seus princípios e práticas, ou o seu conhecimento é apropriado de forma indevida pelas instituições de educação e pesquisa. Como Mestre Deusdete fala - A educação formal que temos nos é imposta dissociada da comunidade. A tradição oral é uma maneira de trabalhar com as mãos, com a palavra, com o corpo, com a alma, é um todo trabalhando, é fonte de conhecimento e desenvolvimento. Aprende-se aos poucos ao longo de muito

tempo. Existe edital que cria aqui a figura do griô aprendiz, uma pessoa que é do universo da tradição oral e da tradição escrita e que tem se responsabilizado pela mediação entre os tempos, linguagens e pedagogias dos dois universos e entre as gerações. Como diz o mestre Dito de Oxossi, Sacerdote da Nação de matriz africana Mahi Ewe Fon de Pernambuco “ as tradições orais, as tradições de cultura popular são tradições de princípios, sejam eles de matriz africana, ou de qualquer outro segmento, indígenas ou ciganos, é uma beleza a criança passar a entender outra forma de entender.” Existem os parâmetros curriculares nacionais, as leis de educação indígena e educação afro-brasileira, mas ainda é um grande desafio para a maioria dos educadores do país superar preconceitos e a falta de formação étnico-cultural.

Esta carta é um passo entre tantos que a gente vem dando juntos. Neste dia histórico, dia 15 de novembro que a gente comemora a proclamação da república, a gente também celebra a criação consensual da primeira comissão nacional dos griôs e mestres de tradição oral e de cultura popular; e a gente celebra e convoca o governo e a sociedade para um encontro nacional em 2009 e mais 7 encontros da Rede da Ação Griô nacional em parceria com os Fóruns de Culturas Populares e diversas redes para criar, propor e plantar uma lei nacional de iniciativa popular com um desenho de um programa político que possa fortalecer a identidade e ancestralidade do povo brasileiro, através do reconhecimento dos griôs e mestres de tradição oral, dos povos, comunidades e das culturas populares.

Oh! marinheiro é hora, é hora de trabalhar,
é o céu, e a terra, e o mar
Oh! marinheiro, olha o balanço do mar.

Cantiga aprendida com Formiga, soldado da Irmandade Nossa Senhora do Rosário que aprendeu com o Capitão Carlos Henrique.

Assinam abaixo 80 representantes da Ação Griô Nacional, 600 delegados de 600 pontos de cultura de todos os estados do Brasil e Rede das Culturas Populares, Federação do Congado Mineiro, Rede Memórias do Jongo, Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro, Brasil Memórias em Rede, Redes de Tradições Marajoaras, folias de São Sebastião e Ladainhas, Rede de Capoeiras, de Parteiros, de país e Mães-de-Santo, de Erveiras, de Jongueiros, Cacuriás, Carimbós, Reizeiros, Cantadores, Tocadores, Contadores de Histórias, Cirandeiros, Maracatus, Cocos, Cavalo Marinho, Artistas de Circo, Teatro de Rua, Teatro de Bonecos, Mamulengueiros, Catireiros, Candomblé, Patorins, Repentistas, Indígenas, Artesãos, Tradições Juninas e outros grupos de tradição oral e cultura popular.



Nara Oliveira

8.
CARTA DO
II FNPC AO
MINISTRO DA
CULTURA JUCA
FERREIRA

Ao Exmo. Sr Ministro Juca Ferreira

O II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FNPC) realizado de 12 a 14 de novembro, como parte da programação da TEIA Brasília 2008 foi a etapa nacional de um processo de mobilização e articulação política dos Pontos de Cultura em todo o país. Ao longo do ano, foram realizados 19 encontros e fóruns estaduais, mobilizando cerca de 6000 participantes nestas etapas preparatórias. Foram inscritos cerca de 600 delegados – um representante por Ponto de Cultura conveniado com o MinC – em um universo de 850 pontos, o que evidencia o interesse e a mobilização que o II FNPC provocou na rede.

O que começou como um programa governamental, extrapolou as fronteiras institucionais e hoje os Pontos de Cultura emergem com a força de um movimento social presente e organizado em todo o país. Nos últimos três anos este movimento se (re)conheceu, se encontrou e se fortaleceu. Os Pontos de Cultura apontam para o surgimento de novas formas de relação entre o Estado e a sociedade. Reconhecem a necessidade da mobilização organizada da sociedade para um profundo debate com os poderes executivo e legislativo sobre as políticas públicas para a cultura no Brasil para a criação de novos marcos legais em que o Estado, ao invés de impor, dispõe as condições e os meios para o exercício da autonomia, protagonismo e empoderamento social.

Esse encontro em Brasília é um marco histórico do atual processo cultural brasileiro, evidenciando que a riqueza da diversidade de nosso povo se instalou no centro das Políticas Públicas.

O II FNPC é a expressão legítima e organizada deste movimento, que apresentou para o conjunto da sociedade sua produção artística, pautas políticas, práticas pedagógicas, manifestações e expressões culturais. Sua realização evidenciou a autonomia e diversidade das formas de organização do movimento nacional dos Pontos de Cultura, elegendo uma nova Comissão Nacional, composta por representantes dos 24 Grupos de Trabalho e de todos os estados do país.

O Fórum reuniu 24 Grupos de Trabalho temáticos que discutiram temas transversais relacionados às diversas áreas de atuação dos Pontos de Cultura, como: legislação, culturas populares e patrimônio imaterial, matriz africana, cultura digital, juventude, artes cênicas, audiovisual, sustentabilidade, articulação em rede, entre outros. Estes grupos aprovaram um conjunto de 125 resoluções específicas de suas áreas de atuação e 90 resoluções gerais sobre políticas públicas para a cultura. Em síntese, estas resoluções apontam para as seguintes diretrizes gerais:

Garantia da permanência dos Pontos de Cultura como política de Estado, com dotação orçamentária prevista em dispositivo legal, mecanismos públicos de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil;

Aprovação da PEC 236, que pretende acrescentar a cultura como direito social no Capítulo II, artigo 6º da Constituição Federal;

Aprovação da PEC 150 que vincula 2% do Orçamento Federal, 1,5% do Orçamento Estadual, 1% do Orçamento dos Municípios para a Cultura;

Garantia da Inclusão do Programa Cultura Viva no Plano Nacional de Cultura;

Regulamentação e implantação do Sistema Nacional de Cultura em todos os níveis da federação com definição de suas atribuições, e ampla participação da sociedade;

Revisão da legislação que rege os convênios entre a sociedade civil e o Estado, garantindo transparência, funcionalidade, e agilidade nos processos administrativos, regulamentando a transferência de recursos públicos para ações da sociedade civil com finalidades sociais e culturais;

Reconhecimento pelo Estado brasileiro dos saberes e fazeres dos mestres e griôs de tradição oral e da cultura popular, com a criação de mecanismos permanentes de apoio e incentivo às redes de transmissão oral e seus vínculos com a educação formal, bem como suas práticas nos diversos grupos étnico-culturais que formam o povo brasileiro;

Incentivo à participação da juventude nas políticas públicas de cultura, através do estímulo ao envolvimento da juventude em programas de formação, criação e atuação comunitária em atividades culturais, artísticas e de comunicação.

Por fim, reconhecemos o avanço das Políticas Públicas Culturais desse país e confiamos na sinergia de propósitos entre as resoluções do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e as prioridades do MINC.

Cordialmente,
Fórum Nacional dos Pontos de Cultura
Comissão Nacional dos Pontos de Cultura



Tatiana Reis

9. NÚMEROS DO II FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

TOTAL DE PARTICIPANTES CREDENCIADOS: 578*

Total de delegados – representantes de pontos de cultura com direito a voto: 428

PARTICIPANTES POR GRUPO DE TRABALHO (GTS):**AUDIOVISUAL**

Total de participantes: 60
Delegados: 48

ESCOLA VIVA/ CRIANÇA E ADOLESCENTE

Total de Participantes: 46
Delegados do Escola Viva: 9
Delegados de Criança e Adolescente: 11

ARTES CÊNICAS

Total de participantes: 48
Delegados: 39

CULTURA DE PAZ

Total de participantes: 14
Delegados: 9

LEGISLAÇÃO

Total de participantes: 29
Delegados: 20

LGBT/GÊNERO

Total de participantes: 10
Delegados LGBT: 5
Delegados Gênero 5

HIP HOP

Total de participantes: 18
Delegados: 9

MÚSICA

Total de participantes: 24
Delegados: 27

GRUPO AMAZÔNICO/RIBEIRINHOS

Total de participantes: 23
Delegados Grupo Amazônico: 22
Delegado Ribeirinho: 1

RÁDIO COMUNITÁRIA

Total de Participantes: 17
Delegados: 12

MATRIZ AFRICANA

Total de Participantes: 40
Delegados: 25

JUVENTUDE/ESTUDANTE

Total de Participantes: 27
Delegados Juventude: 16
Delegados Estudante: 6

SUSTENTABILIDADE

Total de Participantes: 45
Delegados: 30

PONTÕES E ARTICULAÇÕES DAS REDES

Total de Participantes: 50

Delegados: 43

CULTURA DIGITAL

Total de Participantes: 27

Delegados: 18

PATRIMÔNIO MATERIAL/ PATRIMÔNIO IMATERIAL, CULTURAS TRADICIONAIS E INDÍGENAS

Total de participantes: 41

Delegados Patrimônio Material: 7

Delegados Patrimônio Imaterial, Culturas Tradicionais e Indígenas: 25

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Total de Participantes: 16

Delegados: 13

AÇÃO GRIÔ

Total de Participantes: 70

Delegados: 18

LITERATURA

Total de Participantes: 10

Delegados: 9

REDE DA TERRA

1 delegado

* O TOTAL DE PARTICIPANTES INCLUI OS DELEGADOS CREDENCIADOS DO II FNPC



COORDENAÇÃO DO II FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

Alexandre Santini (RJ)
Walter Cedro (DF)
Patrícia Ferraz (GO)
Geo Britto (RJ)

COORDENAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DO II FNPC - REPRESENTANTES DA COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Patricia Ferraz da Cruz – representante Goiás
Otizete Alencar – representante Amapá
Francisco Antônio Vieira (Pellé) – representante Piauí
Raimundo Nonato Chacon – Representante Roraima
Josimar Olavo Dantas (Zhumar) – representante GT Amazônico
José Roberto Severino – representante Santa Catarina
Leandro Nery – representante Mato Grosso
Denísia Martins – representante Minas Gerais
Márcio Bello – representante Tocantins
Lucimar Weil – representante Amazonas
Mário Brasil – representante Acre
Alberto Ruiz – representante Caravana Arco-Íris
Tiago Alves – representante GT Estudantes
Magnólia Moraes - representante Rio Grande do Norte

COORDENAÇÃO GERAL DE SISTEMATIZAÇÃO

Wellington Diniz - Centro de Memória Digital (UnB)
Walter Cedro
Patricia Ferraz
Geo Britto
Alexandre Santini





Alen Guimarães



Alexandra Martins



Alen Guimarães



Tatiana Reis



Tatiana Reis



Projeto gráfico em Software Livre



www.gunga.com.br



Patrocínio:



Apoio:



Secretaria
de Cultura



Ministério
das Comunicações

Ministério
do Planejamento

Ministério da
Ciência e Tecnologia

Conselho Nacional
de Juventude

Secretaria Nacional
da Juventude

Secretaria Geral da
Presidência da Republica

Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

Secretaria Especial
de Políticas para Mulher

Secretaria especial
de Direitos Humanos

Secretaria
de Promoção
da Igualdade Racial



Realização:

Comissão Nacional
dos Pontos de Cultura

